



Guia Prático para Coordenações de Curso do IFC

Guia Prático para Coordenações de Curso do IFC

Equipe de elaboração

Débora de Lima Velho Junges

Diogenes Dezen

Juliano Vilmar dos Santos

Liane Vizzotto

Diagramação

Letícia Beatriz Folster

Blumenau,
janeiro de 2025

Introdução

Bem-vindo ao **Guia Prático para Coordenações de Curso do Instituto Federal Catarinense (IFC)**. Este guia foi elaborado com o objetivo de auxiliar os coordenadores de curso para o exercício de suas funções, proporcionando um recurso para aqueles que assumem esta posição de liderança e responsabilidade.

Primeiramente, queremos parabenizá-lo por aceitar estar à frente da condução do curso pelos próximos anos. O papel do coordenador de curso é fundamental para o sucesso acadêmico e administrativo dos nossos *campi*. Assim, desejamos que se sinta acolhido e que eventuais dúvidas não sanadas neste documento podem ser tratadas diretamente com a direção do campus e/ou com as Pró-Reitorias na qual o assunto estiver vinculado.

Este guia busca não apenas preparar os coordenadores para as demandas cotidianas da função, mas também fornecer, como fonte de consulta ágil, as principais leis e regulamentos que fundamentam e direcionam as práticas da coordenação de curso. Compreender o marco legal é essencial para assegurar que todas as ações e decisões estejam em conformidade com as normativas vigentes, garantindo assim a qualidade e a legalidade das práticas acadêmicas e administrativas.

E, claro, o conhecimento da legislação e uma maior fluidez nas rotinas administrativas permitem que a coordenação de curso dedique maior tempo para discussão, avaliação e proposição de encaminhamentos diretamente relacionados com o processo ensino e aprendizagem.

Além disso, este guia visa articular a gestão do curso em um ambiente colaborativo com os diversos setores pertinentes, tanto no campus quanto na reitoria. A coordenação de curso deve atuar como um elo, facilitando a comunicação e a cooperação entre diferentes departamentos e setores administrativos, o que influencia para o bom funcionamento e desenvolvimento das atividades acadêmicas.

Outro aspecto essencial abordado neste guia é a utilização adequada de ferramentas de sistemas gerenciais. A eficiência na gestão de informações, recursos e processos administrativos depende do domínio dessas ferramentas, que são indispensáveis para a agilidade na tomada de decisões.

Portanto, o **Guia Prático para Coordenações de Curso do IFC** é um recurso que oferece orientações claras e práticas, auxiliando os coordenadores de curso a desempenharem suas funções de acordo com as melhores práticas administrativas e educacionais.

Índice

Aspectos legais

6

- I. Legislação federal 6
- II. Regulamentação IFC 9
- III. Avaliações externas 12

Gestão de pessoas

16

- I. Órgãos colegiados 16
- II. Estudantes 17
- III. Setores do IFC 18

Operação de Sistemas Gerenciais

22

- I. Sistema acadêmico 22
- II. Sistema administrativo 24

Procedimentos técnicos-pedagógicos

26

- I. Criação de cursos 27
- II. Alteração da proposta pedagógica 29
- III. Suspensão de curso 32
- IV. Extinção de curso 33

Checklist das atribuições

34

Aspectos legais

I. Legislação federal

Nesta seção, você encontrará uma compilação das principais leis, decretos e normativas que regulam e orientam a educação federal no Brasil. O conhecimento da legislação é fundamental para a atuação das coordenações de curso, pois garante que todas as ações e decisões estejam alinhadas com as exigências legais.

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) é a principal legislação que regula a educação no Brasil, estabelecendo diretrizes para todos os níveis de ensino. Promulgada em 1996, a LDB define princípios, objetivos e normas para garantir a qualidade e a equidade na educação brasileira.



Link de acesso: [Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996](#)

Plano Nacional de Educação (PNE)

O Plano Nacional de Educação (PNE) é uma política pública brasileira que estabelece diretrizes, metas e estratégias para a educação no país durante um período de dez anos. Promulgado em 2014, o PNE visa melhorar a qualidade, a inclusão e a gestão educacional, abrangendo desde a educação infantil até a pós-graduação.



Link de acesso: [Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014](#)



Para mais informações: <https://pne.mec.gov.br/>



Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN)

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica são normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) que orientam a organização, o desenvolvimento e a avaliação dos currículos das escolas de educação básica no Brasil. Elas asseguram uma educação de qualidade, coerente e inclusiva, atendendo às necessidades e diversidades regionais.



Link de acesso: [DCN](#)



Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação

As Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Graduação são normas estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) que orientam a organização, conteúdo e avaliação dos cursos superiores no Brasil. Elas garantem a qualidade e a relevância dos currículos, alinhando a formação acadêmica às demandas sociais e profissionais.



Link de acesso: [Parecer nº 67/2003](#)



Para mais informações: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=12991>



Educação Profissional e Tecnológica

O Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamenta o artigo 36 da LDB, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, tratando da oferta de educação profissional no Brasil.



Link de acesso: [Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004](#)



Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica

Resolução CNE/CP N° 1, de 5 de Janeiro de 2021 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional e Tecnológica.



Link de acesso: https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/pdf/CNE_RES_CNECPN12021.pdf



Catálogo Nacional dos Cursos Técnicos

O Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), aprovado pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), por meio da #Resolução CNE/CEB n° 2, de 15 de dezembro de 2020, disciplina a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio, a fim de orientar e informar as instituições de ensino, os estudantes, as empresas e a sociedade em geral.



Link de acesso: <http://cnct.mec.gov.br/>



Educação a distância

O Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017, regulamenta o artigo 80 da Lei n° 9.394/1996, que trata da educação a distância (EAD) no Brasil. Estabelece normas para a oferta de cursos EAD, garantindo qualidade, credibilidade e equivalência de diplomas aos cursos presenciais, promovendo a inclusão educacional.



Link de acesso: [Decreto n° 9.057, de 25 de maio de 2017](#)

Estágio de estudantes

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, regulamenta o estágio de estudantes no Brasil, definindo direitos e deveres de estagiários, instituições de ensino e concedentes. Ela estabelece normas para a carga horária, supervisão e condições do estágio, visando integrar a teoria acadêmica à prática profissional.



Link de acesso: [Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008](#)

II. Regulamentação IFC

A sessão de Regulamentação do Instituto Federal Catarinense (IFC) é uma fonte de orientação e referência para coordenadores de curso. Aqui, são abordadas as normas, políticas e procedimentos específicos estabelecidos pelo IFC para orientar a gestão acadêmica dos cursos.

Regimento Geral do IFC

O Regimento Geral do IFC, conforme estabelecido pela Resolução nº 15/2018, é o documento que define a estrutura organizacional, competências, direitos e deveres dos membros da comunidade acadêmica, garantindo o funcionamento institucional em conformidade com as normativas legais e os princípios institucionais.



Link de acesso: [Resolução nº 15/2018](#)

Regimento Interno dos Campi

O Regimento Interno dos Campi, conforme estabelecido pela Resolução nº 01/2021, é o documento que determina as especificidades organizacionais, administrativas e acadêmicas de cada campus do IFC. Define diretrizes para gestão, funcionamento e atribuições locais, garantindo a eficiência e a integração das atividades no âmbito campus.

 **Link de acesso:** [Resolução nº 01/2021](#)

PDI 2024-2028

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2024-2028, conforme a Resolução nº 03/2024, é um documento estratégico que define as diretrizes, objetivos e metas do IFC para os próximos cinco anos. Ele orienta o planejamento e a gestão institucional, visando melhorias contínuas na qualidade educacional e administrativa.

 **Link de acesso:** [Resolução nº 03/2024](#)

 **Para mais informações:** <https://pdi.ifc.edu.br/>

Organização Didática (OD)

A Organização Didática (OD) do IFC, conforme a Resolução nº 10/2021, estabelece as normas e diretrizes para a estruturação e funcionamento dos cursos. Ela define procedimentos acadêmicos, critérios de avaliação e responsabilidades, garantindo a qualidade e a coerência pedagógica das atividades educativas na instituição.

 **Link de acesso:** [Resolução nº 10/2021](#)

Plano de ação

A Portaria Normativa nº 1/2024 trata sobre procedimentos e normas para avaliação interna dos cursos Técnicos de Nível Médio, EJA-EPT e de Graduação do IFC.

 **Link de acesso:** [Portaria Normativa nº 1/2024](#)

Legislações e Normas – Graduação

As principais Legislação e Normas relacionadas à Graduação do IFC podem ser consultadas na página: <https://ensino.ifc.edu.br/cursos/graduacao/legislacao-e-normas/>

Legislações e Normas – Técnico Integrado

As principais Legislação e Normas relacionadas ao Ensino Técnico Integrado do IFC podem ser consultadas na página: <https://ensino.ifc.edu.br/cursos/tecnico-integrado/legislacao-e-normas/>

Legislações e Normas – Técnico Subsequente

As principais Legislação e Normas relacionadas ao Ensino Técnico Subsequente do IFC podem ser consultadas na página: <https://ensino.ifc.edu.br/cursos/tecnico-subsequente/legislacao-e-normas/>

Legislações e Normas – Educação de Jovens e Adultos

As principais Legislação e Normas relacionadas à Educação de Jovens e Adultos do IFC podem ser consultadas na página: <https://ensino.ifc.edu.br/cursos/educacao-de-jovens-e-adultos/legislacao-e-normas/>

Legislações e Normas – Qualificação Profissional

As principais Legislação e Normas relacionadas aos cursos de Qualificação Profissional do IFC podem ser consultadas na página: <https://ensino.ifc.edu.br/cursos/qualificacao-profissional/legislacao-e-normas/>

Ⓢ Legislação e Normas – Relação Geral

Para consultar todas as Legislação e Normas relacionadas ao Ensino do IFC, basta acessar a seguinte página: <https://public.tableau.com/app/profile/ifc.proen/viz/Ensino-LegislaoeNormas/Lista>

III. Avaliações Externas

A sessão Avaliações Externas busca, para as coordenações de curso, compreender indicadores como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) e o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Dominar esses indicadores permite às coordenações identificar pontos fortes e áreas de melhoria nos cursos, fundamentando decisões estratégicas educacionais que elevam a qualidade do ensino oferecido.

Ⓢ IDEB

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado em 2007, combina dados de fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações, obtidos do Censo Escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). Variando de 0 a 10, o Ideb permite a criação de metas educacionais, equilibrando retenção e aprovação de alunos para melhorar a qualidade do ensino. O índice é uma ferramenta fundamental para a formulação e acompanhamento de políticas públicas visando atingir uma média de 6 até 2022, comparável a sistemas educacionais de países desenvolvidos.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é um conjunto de avaliações externas em larga escala que diagnostica a educação básica no Brasil e os fatores que influenciam o desempenho dos estudantes. Aplicado bienalmente, o Saeb inclui testes e questionários nas redes pública e amostras da privada, refletindo os níveis de aprendizagem. Os resultados ajudam escolas e redes de ensino a avaliar e melhorar a qualidade da educação, fundamentando políticas educacionais baseadas em evidências. As médias

de desempenho do Saeb, junto com as taxas do Censo Escolar, formam o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

O [Censo Escolar](#), coordenado pelo Inep, é a principal ferramenta de coleta de informações da educação básica no Brasil e a mais importante pesquisa estatística educacional do país. Realizado com a colaboração das secretarias estaduais e municipais de educação e a participação de todas as escolas públicas e privadas, abrange diversas etapas e modalidades da educação básica e profissional:

- I** - Ensino regular (educação infantil, ensino fundamental e médio);
- II** - Educação especial – escolas e classes especiais;
- III** - Educação de Jovens e Adultos (EJA);
- IV** - Educação profissional e tecnológica (cursos técnicos e cursos de formação inicial continuada ou qualificação profissional).

SINAES

A Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) no Brasil. O SINAES avalia instituições, cursos e desempenho estudantil, visando melhorar a qualidade do ensino superior, promovendo a responsabilidade institucional e a transparência dos resultados educacionais.



Link de acesso: [Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004](#)

Os [Indicadores de Qualidade da Educação Superior](#) são fundamentais para a avaliação da educação superior brasileira, sendo expressos em uma escala contínua de cinco níveis. Esses indicadores estão diretamente relacionados ao [Ciclo Avaliativo do Enade](#), que determina as áreas de avaliação e os cursos a elas vinculados. Os principais indicadores incluem o [Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado \(IDD\)](#), o [Conceito](#)

[Preliminar de Curso \(CPC\)](#) e o [Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição \(IGC\)](#).

O IDD mensura o valor agregado pelo curso ao considerar os resultados dos estudantes no Enade, ao fim da graduação, e no Enem, quando eram ingressantes. O CPC combina diversos aspectos como o desempenho dos estudantes, o valor agregado pelo curso, o corpo docente e as condições oferecidas para o desenvolvimento do processo formativo. Já o IGC resulta da avaliação das instituições de educação superior e corresponde à média das notas do CPC para os cursos de graduação e dos conceitos CAPES para os programas de pós-graduação stricto sensu, ponderadas pelo número de matrículas em cada curso.



Para acessar os resultados dos Indicadores de Qualidade da Educação Superior, basta acessar o link: [Indicadores de Qualidade](#)

O IFC tem uma página com o resumo dos principais Indicadores dos cursos superiores ofertados pela Instituição, basta acessar: <https://ensino.ifc.edu.br/cursos/graduacao/>

Para garantir a qualidade da educação superior no Brasil, o Inep realiza [Avaliação Externa in loco](#) de Instituições de Educação Superior e Cursos de Graduação. Essas avaliações fornecem subsídios essenciais para a regulação e supervisão pela Seres/MEC, ajudando a sociedade a conhecer a qualidade da educação oferecida.

Instituições são avaliadas para credenciamento e reconhecimento, enquanto cursos de graduação são avaliados para autorização, reconhecimento e renovação de reconhecimento. As avaliações utilizam Instrumentos de Avaliação Institucional Externa (IAIE) e Instrumentos de Avaliação de Cursos de Graduação (IACG), proporcionando dados fundamentais para decisões políticas e melhoria contínua da educação superior.



Para conhecer o documento orientador que os avaliadores do INEP utilizam, basta acessar o link: [Reconhecimento de curso](#)

O [Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes \(Enade\)](#) avalia os concluintes de cursos de graduação quanto aos conteúdos programáticos, competências e habilidades, e a atualização em relação à realidade brasileira e mundial. Aplicado pelo Inep desde 2004, o Enade é parte do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes), junto com a Avaliação de Cursos de Graduação e a Avaliação Institucional.

Seus resultados, combinados com o Questionário do Estudante, contribuem para os Indicadores de Qualidade da Educação Superior. A inscrição no Enade é obrigatória para estudantes ingressantes e concluintes de cursos de bacharelado e tecnologia. O ciclo avaliativo do Enade, baseado nas áreas de conhecimento e eixos tecnológicos definidos por CNPq e MEC, ocorre em três anos consecutivos, cobrindo diversas áreas e cursos.



O IFC tem uma página dedicada ao ENADE, acesse em: <https://enade.ifc.edu.br/>



Encceja

O Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Encceja) foi realizado pela primeira vez em 2002 para aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou Ensino Médio na idade adequada. O Encceja é realizado pelo Inep em colaboração com as secretarias estaduais e municipais de educação. O Exame é aplicado pelo Inep, mas a emissão do certificado e declaração de proficiência é responsabilidade das Secretarias Estaduais de Educação e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que firmam Termo de Adesão ao Encceja.



Página do Encceja no IFC: <https://ensino.ifc.edu.br/certificacao/encceja/>

Gestão de pessoas

I. Órgãos colegiados

A sessão Órgãos Colegiados fornece uma visão abrangente sobre a estrutura e o funcionamento dos colegiados dentro da instituição. Esses órgãos desempenham um papel fundamental na governança acadêmica e administrativa, promovendo a participação democrática e colaborativa nas decisões que afetam a comunidade acadêmica.

📌 Núcleo Docente Estruturante (NDE) e Núcleo Docente Básico (NDB)

🔗 Capítulo II da [OD](#) – artigos 84 a 87

O NDE (graduação) e o NDB (técnico e EJA-EPT) são órgãos propositivos, com responsabilidades acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do PPC.

A constituição do NDE e NDB deve atender, no mínimo:

- I -** Coordenador do Curso, como presidente;
- II -** 5 (cinco) docentes efetivos, no mínimo, pertencentes ao corpo docente do curso.

Colegiado de Cursos Técnicos, de Graduação e EJA-EPT

 Capítulo II da [OD](#) – artigos 88 a 91

O Colegiado de Curso é um órgão deliberativo, técnico-consultivo e de assessoramento presente nos cursos técnicos, superiores e EJA-EPT no que diz respeito ao ensino, pesquisa e extensão no âmbito do curso nos limites estabelecidos pelos órgãos superiores do IFC.

A composição do Colegiado dar-se-á da seguinte forma:

- I** - Coordenador de Curso, que presidirá o Colegiado;
- II** - um representante do Núcleo Docente Estruturante ou Básico (NDE ou NDB), além do coordenador de curso;
- III** - 70% (setenta por cento) da composição total do colegiado deve ser composta por docentes que atuam no curso, garantindo no mínimo 30% (trinta por cento) do corpo docente efetivo;
- IV** - no mínimo um técnico administrativo em educação, preferencialmente da área pedagógica ou membro do Núcleo Pedagógico (NUPE);
- V** - no mínimo um representante discente, escolhido por seus pares.

II. Estudantes

A formação dos nossos estudantes é o objetivo central da nossa instituição. Portanto, a atenção e o atendimento às necessidades dos discentes devem ser prioridades na gestão de cursos. A permanência e o êxito dos estudantes são critérios fundamentais na avaliação e autoavaliação de um curso, influenciando diretamente a qualidade e o reconhecimento dos programas educacionais oferecidos pelo IFC.

Recepção e Acolhida dos Calouros

Receber e integrar os estudantes à vida acadêmica é o primeiro passo para seu sucesso. A coordenação de curso deve organizar uma recepção calorosa e informativa, apresentando os setores da instituição e os espaços que os novos alunos poderão utilizar. Este momento inicial busca a construção de um senso de pertencimento e familiaridade com o ambiente do IFC.

Estabelecimento de Horários de Atendimento

Embora a coordenação de curso tenha uma agenda sempre repleta de atribuições, é essencial estabelecer horários semanais fixos para atendimento aos discentes. A busca pelo cumprimento desses horários fortalece a relação entre estudantes e coordenação, contribuindo significativamente para o bom andamento do curso. Esse atendimento regular e dedicado ajuda a resolver problemas, oferecer suporte acadêmico, e acompanhar mais de perto o progresso dos estudantes.

III. Setores do IFC

Entender o funcionamento e as responsabilidades dos setores que integram o IFC é fundamental para que os coordenadores de curso possam articular uma gestão integrada. Nesta sessão, abordaremos as funções e a importância da Comissão Própria de Avaliação, da Biblioteca, dos Laboratórios, da Assistência de Alunos, do Registro Acadêmico, do Atendimento Educacional Especializado, e, do Núcleo de Educação a Distância, destacando como cada um desses setores contribui para a qualidade e a operacionalização dos cursos.

Comissão Própria de Avaliação (CPA)

A CPA é essencial para a avaliação e melhoria contínua dos cursos oferecidos pelo IFC. Existem duas CPAs: a Institucional, que avalia o IFC como um todo, e a Local, que foca na avaliação de cada campus.

Conforme o Regimento Interno dos Campi, a CPA Local avalia sistematicamente todas as áreas do campus, incluindo os cursos. Neste sentido, é importante que os cursos registrem e utilizem os resultados das avaliações da CPA para promover melhorias. No entanto, essa avaliação externa não substitui os processos internos de autoavaliação, que são responsabilidade da Coordenação e Colegiado de Curso.



Para mais informações: <https://ifc.edu.br/cpa-ifc/>



Biblioteca

A relação entre a coordenação de curso e a biblioteca do campus assegura que a bibliografia básica e complementar prevista no PPC esteja acessível à comunidade acadêmica. A biblioteca também é responsável por inserir a produção científica do curso no repositório institucional. Além disso, a biblioteca auxilia os estudantes na pesquisa de materiais para trabalhos e TCC, e a coordenação de curso deve acompanhar o processo de aquisição de acervo.



Para mais informações: <https://biblioteca.ifc.edu.br/>



Laboratórios

Os laboratórios são fundamentais para cursos que exigem práticas experimentais e técnicas específicas. A coordenação do curso deve participar das discussões sobre as necessidades de laboratórios nas reuniões do colegiado e NDE/NDB, além de gerenciar o material de consumo e manter um diálogo próximo com os técnicos que atuam nos laboratórios.

SISAE – Serviço Integrado de Suporte e Acompanhamento Educacional

Todos os campi do IFC possuem um setor de atendimento aos estudantes, com ações que variam de campus para campus. Este setor é essencial para oferecer suporte aos estudantes, ajudando a garantir sua permanência e sucesso acadêmico.

O SISAE implementa atendimento integral e interdisciplinar para garantir o sucesso acadêmico, bem-estar e permanência dos estudantes. Ele contribui para programas de ensino/aprendizagem, inclusão e assistência estudantil, supervisiona ações de cultura, esporte, alimentação e moradia estudantil, e coordena com núcleos especializados, gerindo articulações com serviços regionais. Além disso, o SISAE avalia e aprimora continuamente suas ações para assegurar um ambiente educacional inclusivo e de qualidade.

RACI – Registro Acadêmico e Cadastro Institucional

O Registro Acadêmico e Cadastro Institucional (RACI) gerencia grande parte da vida acadêmica dos estudantes. Muitos processos podem ser operacionalizados pelos próprios discentes, com orientação disponível em manuais produzidos pela DTI.

A página do Registro Acadêmico do IFC oferece diversos manuais para estudantes, docentes e coordenadores de curso, com instruções detalhadas sobre procedimentos, como os Planos de Ensino.

Neste caso, dos Planos de Ensino, é responsabilidade do NDE analisar, do Colegiado aprovar e do Coordenador de Curso encaminhar esses planos ao Registro Acadêmico.



Para mais informações: <https://registroacademico.ifc.edu.br/>

AEE – Atendimento Educacional Especializado

O AEE no IFC tem por finalidade contribuir para a promoção da inclusão e a equidade de condições para participação dos estudantes nas atividades pedagógicas, por meio do atendimento às necessidades específicas apresentadas, a ser realizado em articulação com as demais políticas públicas. A coordenação de curso desempenha um papel crucial na articulação com a equipe de AEE, garantindo que as necessidades dos estudantes sejam atendidas de maneira inclusiva, contribuindo para um ambiente acadêmico acolhedor e propício ao aprendizado para todos os alunos.



A regulamentação para o AEE no IFC pode ser acessado no seguinte link: [Regulamento](#)



E, a Política de Atendimento ao Estudante do IFC, neste link: [Resolução nº 22/2022](#)

NEAD – Núcleo de Educação a Distância

O Núcleo de Educação a Distância (NEaD) desempenha um papel fundamental nos cursos que incluem modalidades de ensino a distância (EaD). Articulado com o Centro de Educação a Distância (CEaD) e a Direção de Ensino, Pesquisa e Extensão, o NEaD no campus tem a responsabilidade de oferecer suporte pedagógico e tecnológico para a oferta de disciplinas e cursos nessa modalidade.



Para mais informações: <https://ensino.ifc.edu.br/cead/>

Operação de sistemas gerenciais

A gestão eficaz de um curso exige o uso adequado de ferramentas tecnológicas e sistemas gerenciais. Neste capítulo, são apresentados os principais sistemas utilizados no IFC para apoiar as atividades administrativas e acadêmicas relacionadas às coordenações dos cursos.

I. Sistema acadêmico

Coordenador(a), para acessar todos os manuais vinculados à Coordenação de Curso, basta clicar no link: https://manuais.dti.ifc.edu.br/doku.php?id=wiki:suporte_tecnico:sigaa:coordenado_curso

Ⓞ Manuais de operações básicas do sistema SIGAA

- Ⓞ [Como realizar auto cadastro no sistema SIG](#)
- Ⓞ [Mantenha seu email atualizado](#)



Maiores informações sobre o sistema SIGAA: [SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas](#)

Ⓞ Módulo Integrado

A finalidade deste módulo é atender às necessidades acadêmicas do ensino técnico integrado por meio de operações que otimizem tanto o gerenciamento desses cursos quanto às atividades dos estudantes e docentes do curso.

- ⦿ [Como criar turmas](#)
 - ⦿ [Cadastro de Programa de Componentes Curriculares](#)
 - ⦿ [Notificação aos Estudantes e Familiares para Recuperação Paralela](#)
 - ⦿ [Como Avaliar Atividades Diversificadas ou Atividades de Pesquisa, Ensino e Inovação](#)
 - ⦿ [Como consolidar Estágio](#)
-

⦿ **Módulo Graduação**

Este módulo tem como objetivo auxiliar nas atividades essenciais à gestão dos cursos de graduação em todos os aspectos, desde a criação e estruturação do curso até o gerenciamento dos cursos e alunos, permitindo o acompanhamento completo da vida acadêmica dos estudantes.

- ⦿ [Como criar turmas](#)
- ⦿ [Cadastro de Programa de Componentes Curriculares](#)
- ⦿ [Inscrições de Estudantes em Lote – ENADE](#)
- ⦿ [Instruções de Preenchimento do Formulário Eletrônico \(FE1\) No Sistema e-MEC](#)
- ⦿ [Como cadastrar banca de TCC \(Coordenador de Curso\)](#)
- ⦿ [Como matricular discente em atividade de TCC \(Coordenador de Curso\)](#)
- ⦿ [Como matricular e consolidar estágio \(Coordenador de Curso\)](#)
- ⦿ [Como enviar notificação para alunos e Docentes do curso no SIGAA \(Coordenador de Curso\)](#)
- ⦿ [Como gerenciar Atividades Autônomas \(Coordenador de Curso\)](#)
- ⦿ [Como validar estágio \(Coordenador de Curso\)](#)
- ⦿ [Como consolidar estágio \(Coordenador de Curso\)](#)

- ◉ [Fluxo de orientação para alteração de docentes sem troca de horário de turma](#)
- ◉ [Fluxo de orientação para alteração do horário de turmas com possível troca de docentes](#)
- ◉ [Reserva de vagas \(Coordenador de Curso\)](#)

◉ **Módulo Técnico e EJA-EPT**

Este módulo tem como objetivo auxiliar nas atividades essenciais à gestão dos cursos técnicos subsequentes e EJA-EPT.

- ◉ [Criação de turmas](#)
- ◉ [Cadastro de Programa de Componentes Curriculares](#)

II. Sistema administrativo

Coordenador(a), para acessar todos os manuais vinculados ao SIPAC, basta clicar no link: [SIPAC](#)

◉ **Módulo Protocolo**

O módulo Protocolo faz parte do Sistema Integrado de Patrimônio, Administração e Contratos (SIPAC). Ele apoia as atividades relacionadas à manutenção de processos e documentos, incluindo suas movimentações, armazenamento e geração de relatórios.

- ◉ [Como consultar assinaturas pendentes em um processo](#)
- ◉ [Diferenças entre Memorandos e Documentos/Processos](#)
- ◉ [Nova versão do módulo Protocolo \(Mesa Virtual\) \(versão do SIPAC atualizada no IFC em 25/08/2017\)](#)
- ◉ [Mudanças no módulo Protocolo – Decreto 8.539 \(versão do SIPAC atualizada no IFC em 15/03/2016\)](#)

- ⊙ [Índice completo de manuais do Protocolo](#)
- ⊙ [Autorizar usuário a receber memorandos](#)
- ⊙ [Manuais Memorando Eletrônico](#)
- ⊙ [Cadastrar documentos](#)
- ⊙ [Evitando problemas com caracteres inválidos ao escrever um documento](#)
- ⊙ [Indicar Assinantes em documentos cadastrados com esta opção](#)
- ⊙ [Assinar documentos](#)
- ⊙ [Remover-se da lista de assinantes pendentes](#)
- ⊙ [Autuar processo](#)
- ⊙ [Gerar etiquetas](#)
- ⊙ [Registrar recebimento](#)
- ⊙ [Registrar envio](#)
- ⊙ [Anexar documentos](#)
- ⊙ [Criar modelos de documentos](#)
- ⊙ [Criar processo](#)
- ⊙ [Memorando Eletrônico](#)
- ⊙ [Como funciona a numeração de documentos no SIPAC](#)
- ⊙ [Criação de usuário para acesso de estagiário no SIPAC](#)

Procedimentos técnicos-pedagógicos

A Organização Didática dos cursos do IFC é o principal documento para criação e alteração de proposta pedagógica de um curso. Nela há os fluxos e responsáveis pela apreciação em âmbito institucional. Importante que a coordenação conheça quais os fluxos para criação e extinção de curso, bem como para suspensão e alteração da proposta pedagógica de curso.

Fluxos

I. Criação de cursos

- ② Técnico, EJA-EPT, Superior e Qualificação Profissional

II. Alteração da proposta pedagógica

- ② Técnico, EJA-EPT, Superior e Qualificação Profissional (com e sem alterações de matriz, ementa, recursos orçamentários)

III. Suspensão de curso

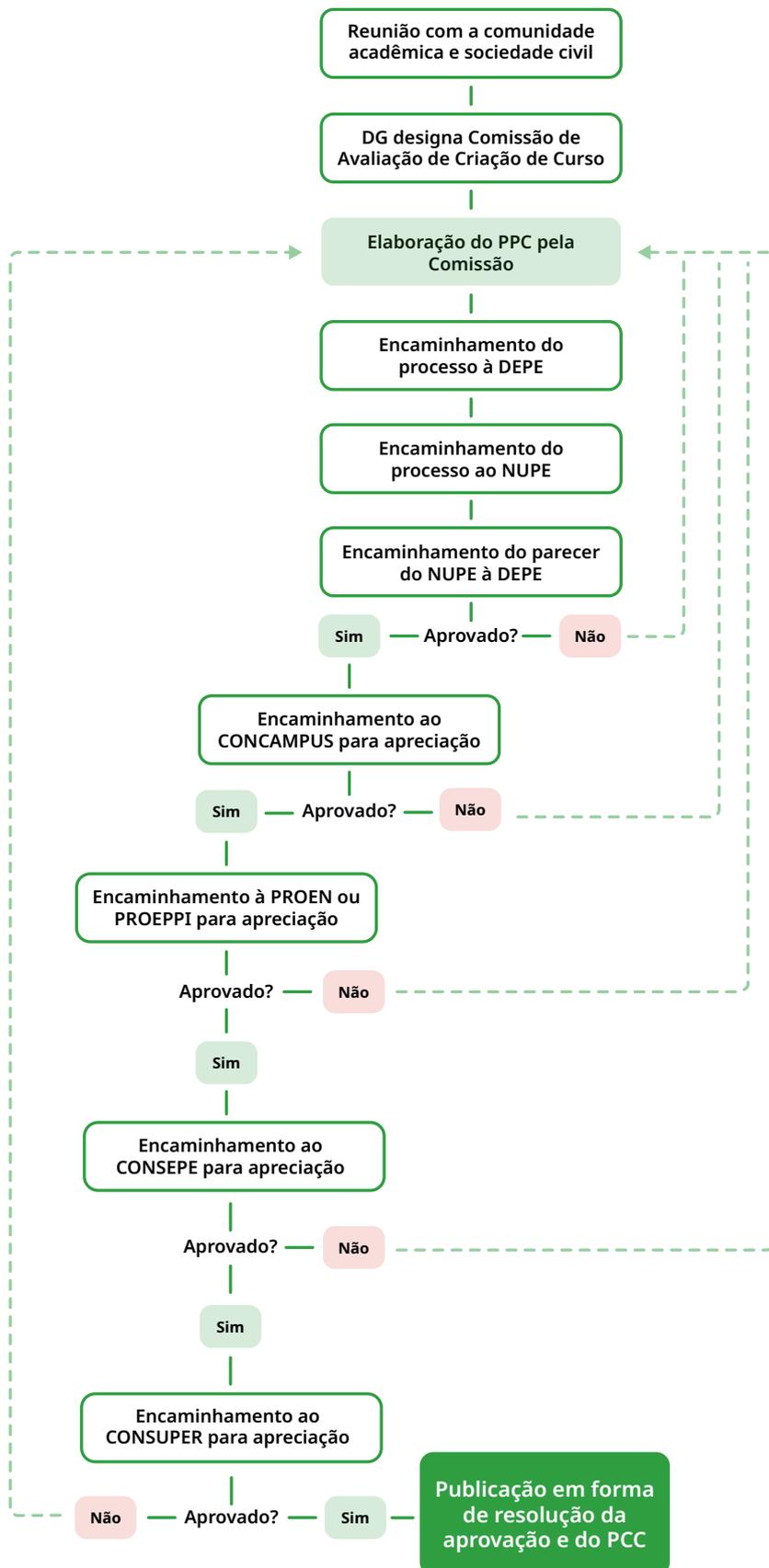
- ② Técnico, EJA-EPT

IV. Extinção de curso

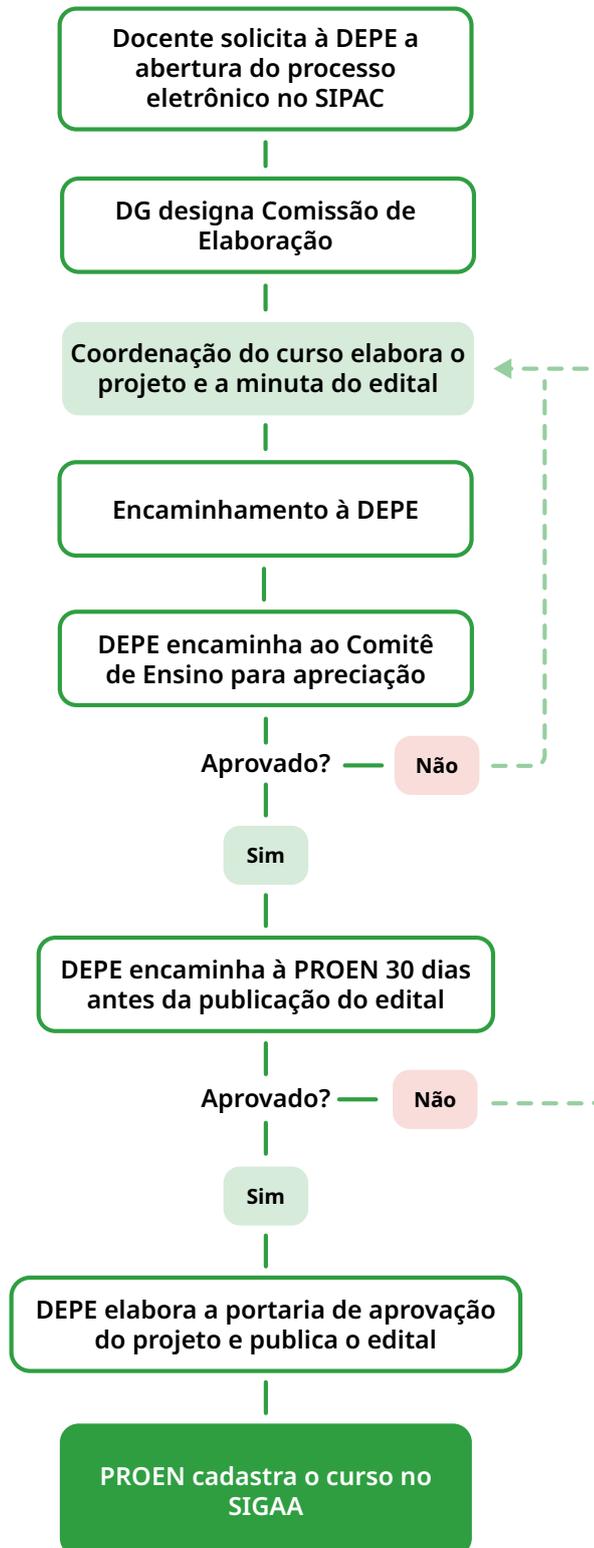
- ② Técnico, EJA-EPT e Superior

I. Criação de cursos

Técnico, EJA-EPT e Superior

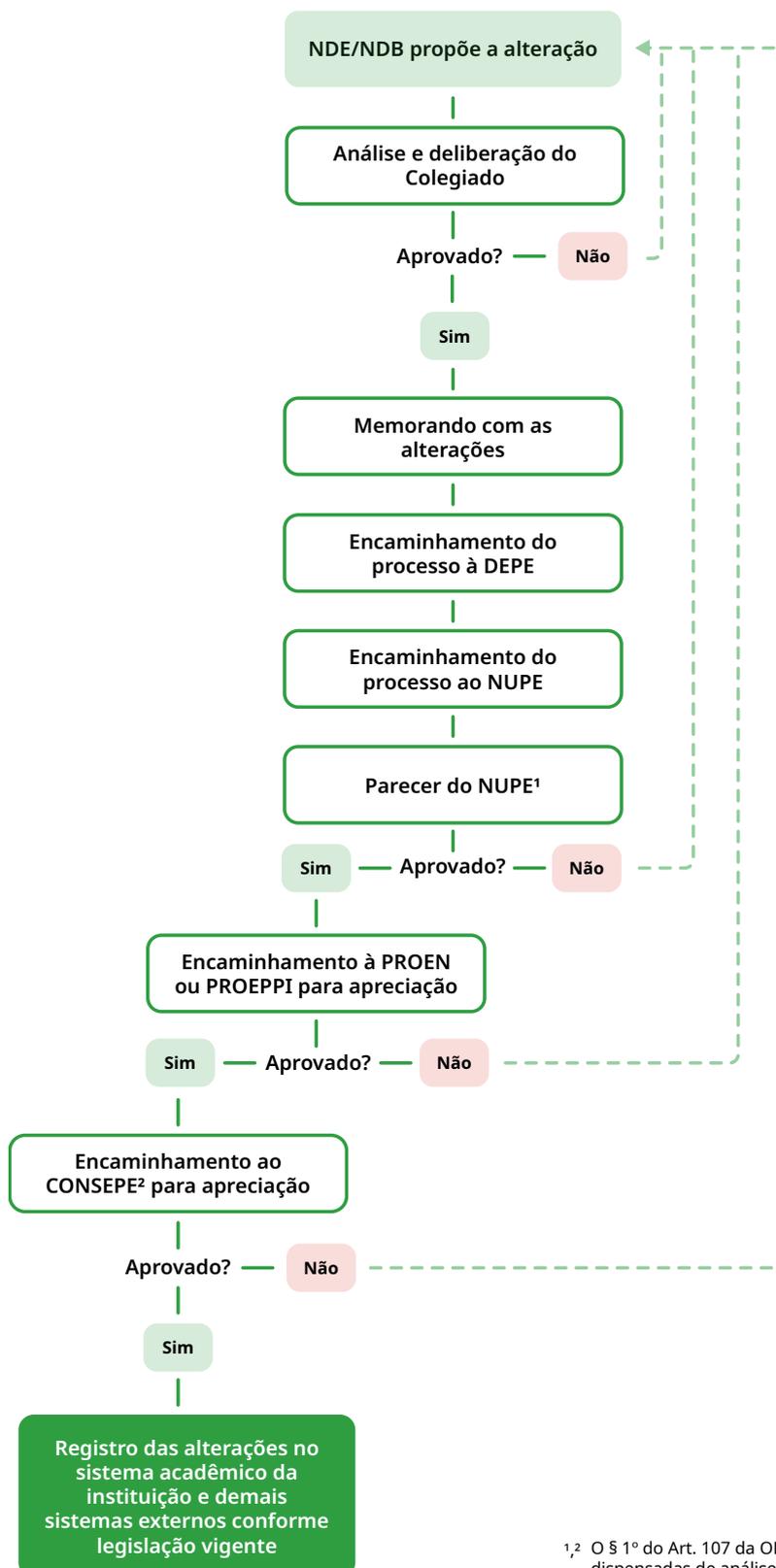


Qualificação Profissional



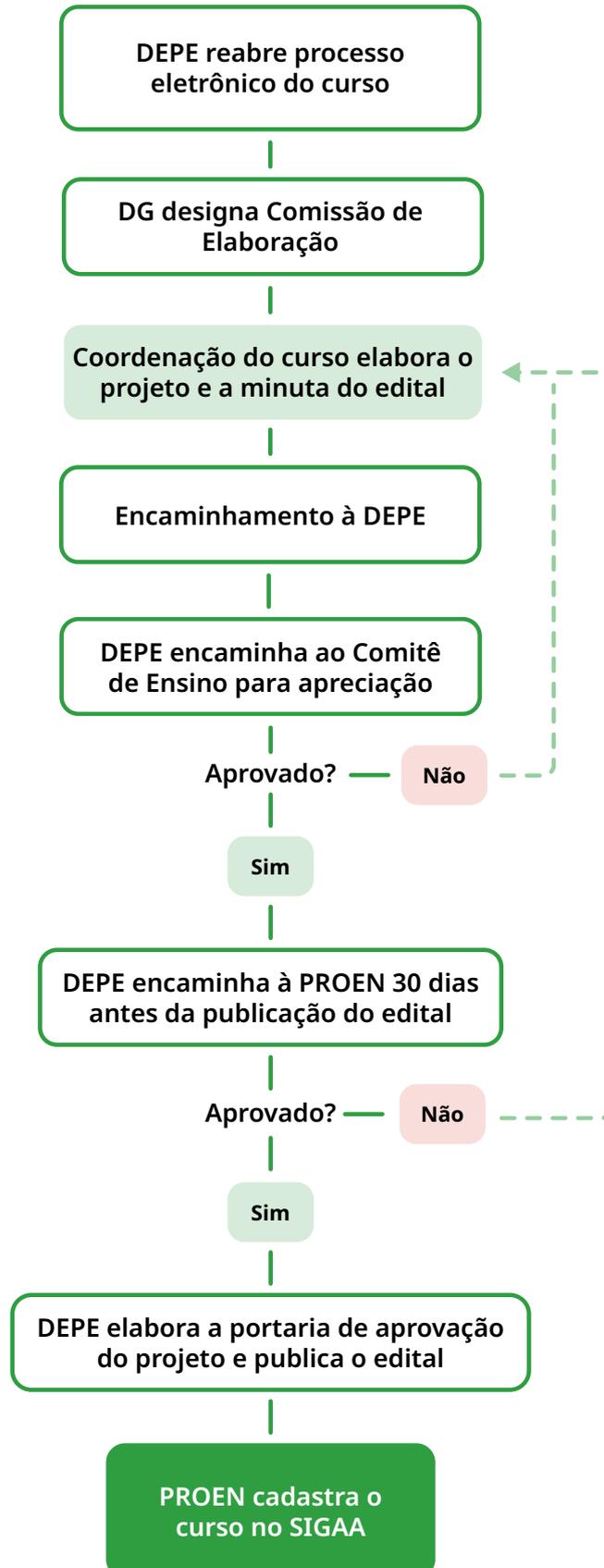
II. Alteração da proposta pedagógica

Técnico, EJA-EPT e Superior

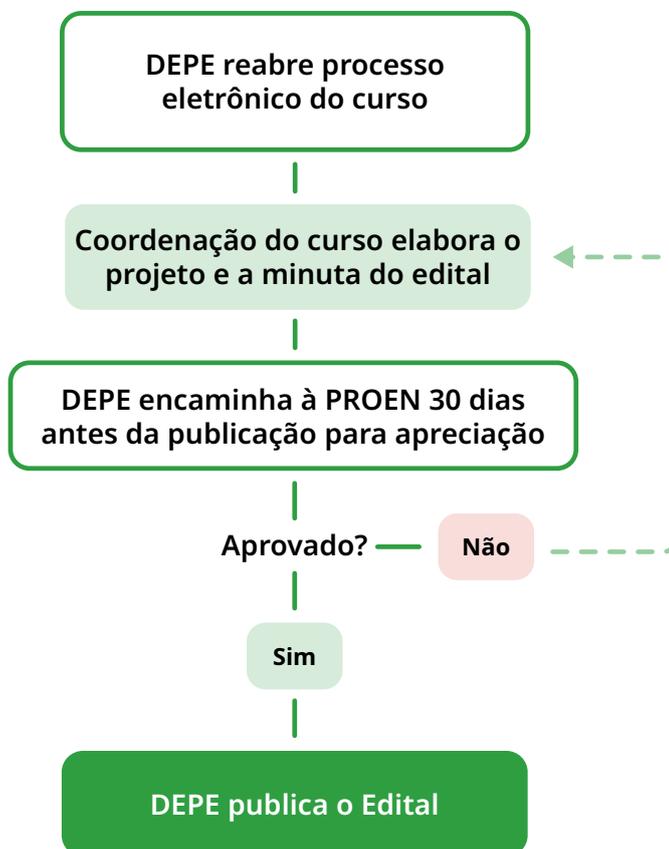


^{1,2} O § 1º do Art. 107 da OD indica as alterações dispensadas de análise do NUPE e CONSEPE.

Reoferta de curso de Qualificação Profissional (com alterações de matriz, ementa, recursos orçamentários)

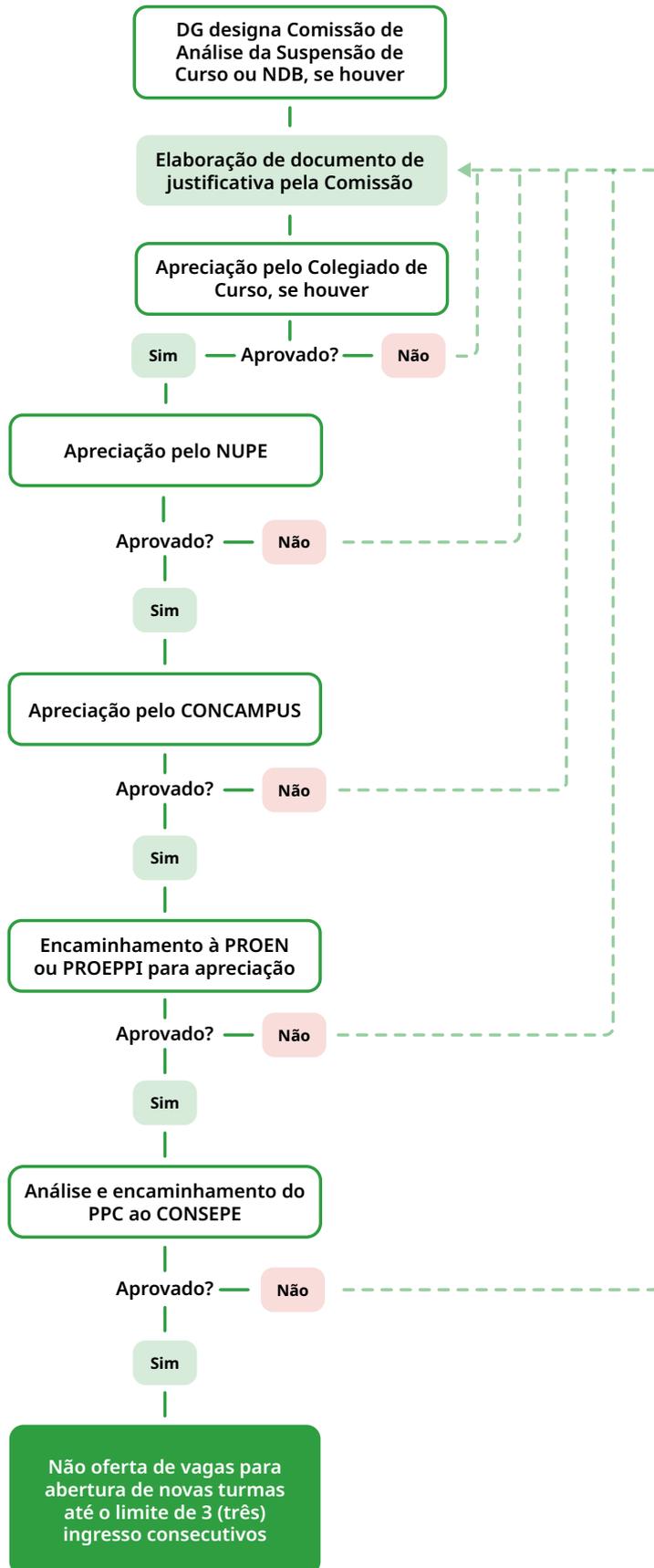


Reoferta de curso de Qualificação Profissional (sem alterações de matriz, carga horária ou recursos) e cursos de oferta institucional



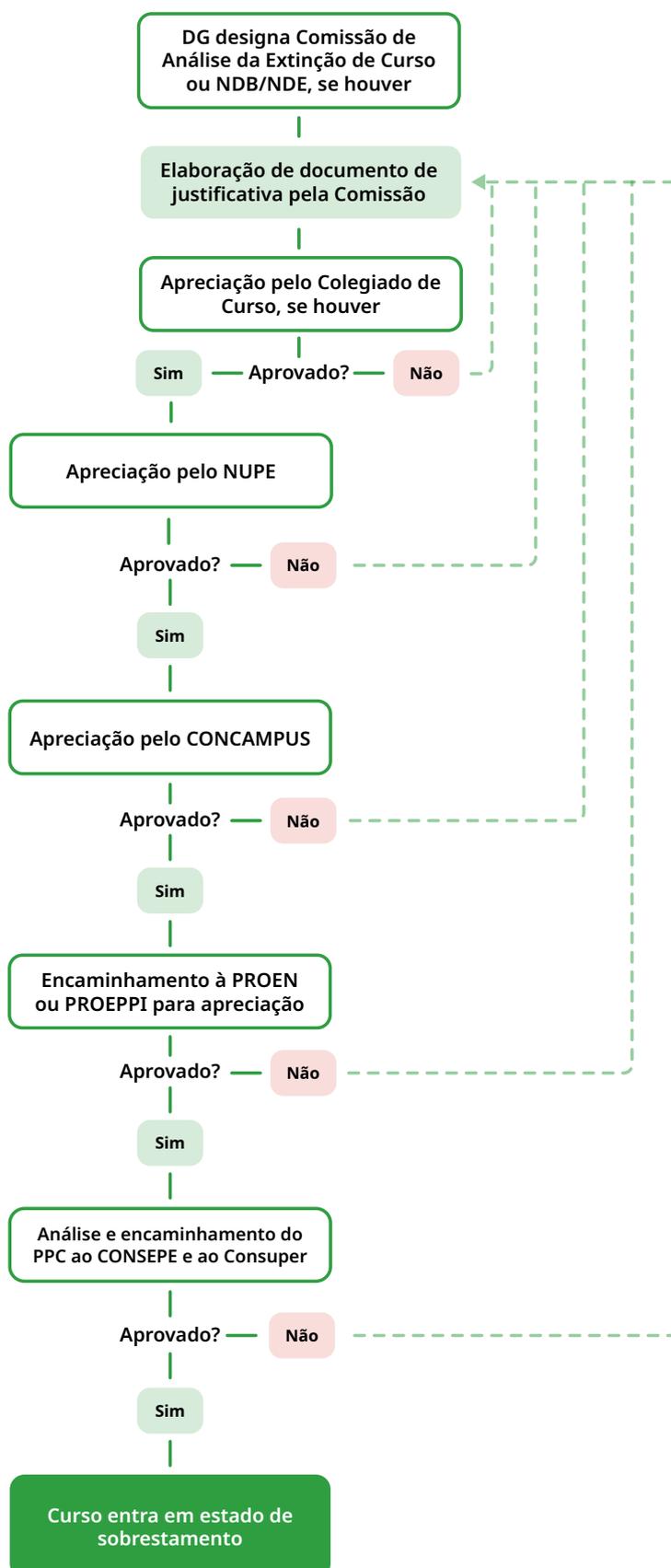
III. Suspensão de curso

Técnico e EJA-EPT



IV. Extinção de curso

Técnico, EJA-EPT e Superior



Checklist das atribuições

cumprir e fazer cumprir as decisões e normas estabelecidas pelas instâncias superiores e demais órgãos, em articulação com NDB/NDE e/ou colegiado;

conduzir e supervisionar a atualização pedagógica do curso e acompanhar a realização das atividades acadêmicas previstas no PPC;

incentivar a articulação entre ensino, extensão, pesquisa e inovação e fomentar a realização de eventos científicos, culturais e esportivos no âmbito do curso;

subsidiar a gestão do campus no diagnóstico das necessidades do curso atreladas a pessoal e infraestrutura, articulando também com os setores competentes a manutenção e atualização dos espaços, equipamentos e materiais, visando o processo de ensino e aprendizagem;

contribuir para a construção e consolidação de políticas, diretrizes e mecanismos gerenciais que tenham relação com o curso;

apoiar e auxiliar a execução das políticas e programas de permanência e êxito, inclusão e diversidade e acompanhamento de egressos;

acompanhar, participar e prestar informações nos processos de avaliação institucional e de curso, assim como articular o desenvolvimento de ações a partir dos indicadores nos processos avaliativos;

Checklist das atribuições

identificar ações necessárias no âmbito do curso, listando os responsáveis, prazos, andamento das ações, dentre outros elementos, no Plano de Ação da Coordenação do Curso;

recepcionar, informar e acompanhar os estudantes no desenvolvimento do curso;

executar as atividades demandadas no sistema acadêmico relativas à Coordenação de Curso;

acompanhar a elaboração do quadro de horários de aula do curso, em conjunto com a Coordenação Geral de Ensino (CGE) ou equivalente, observando o PPC e o Calendário Acadêmico;

analisar e emitir parecer dos requerimentos relacionados ao curso, e quando necessário consultar NDE/NDB e/ou Colegiado;

convocar, presidir e documentar as reuniões do Colegiado de Curso e/ou NDB/NDE;

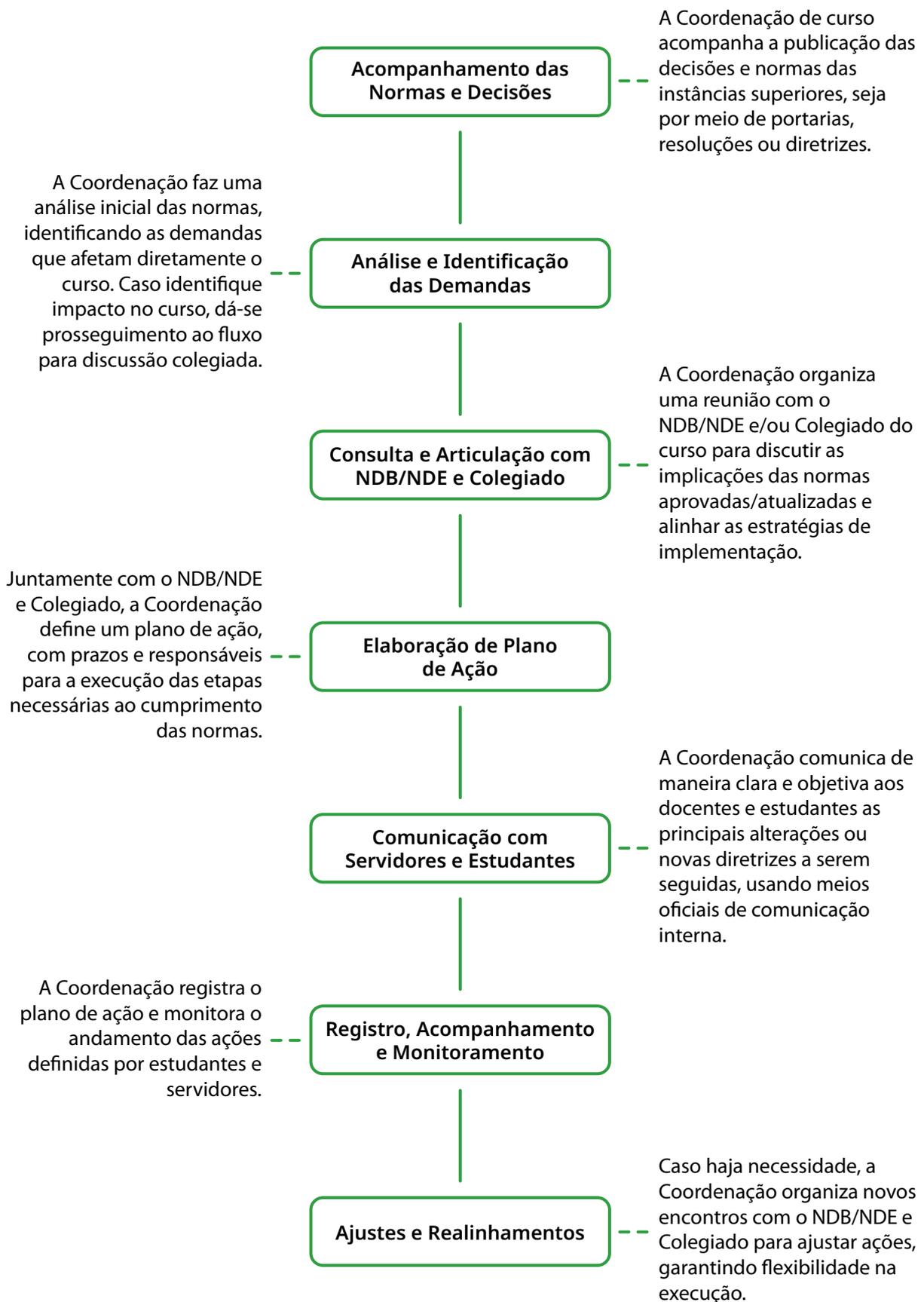
analisar e homologar, em conjunto com o NDB/NDE e/ou colegiado, os Planos de Ensino de acordo com Calendário Acadêmico;

analisar e acompanhar a consolidação dos diários de turma ao final de cada período letivo;

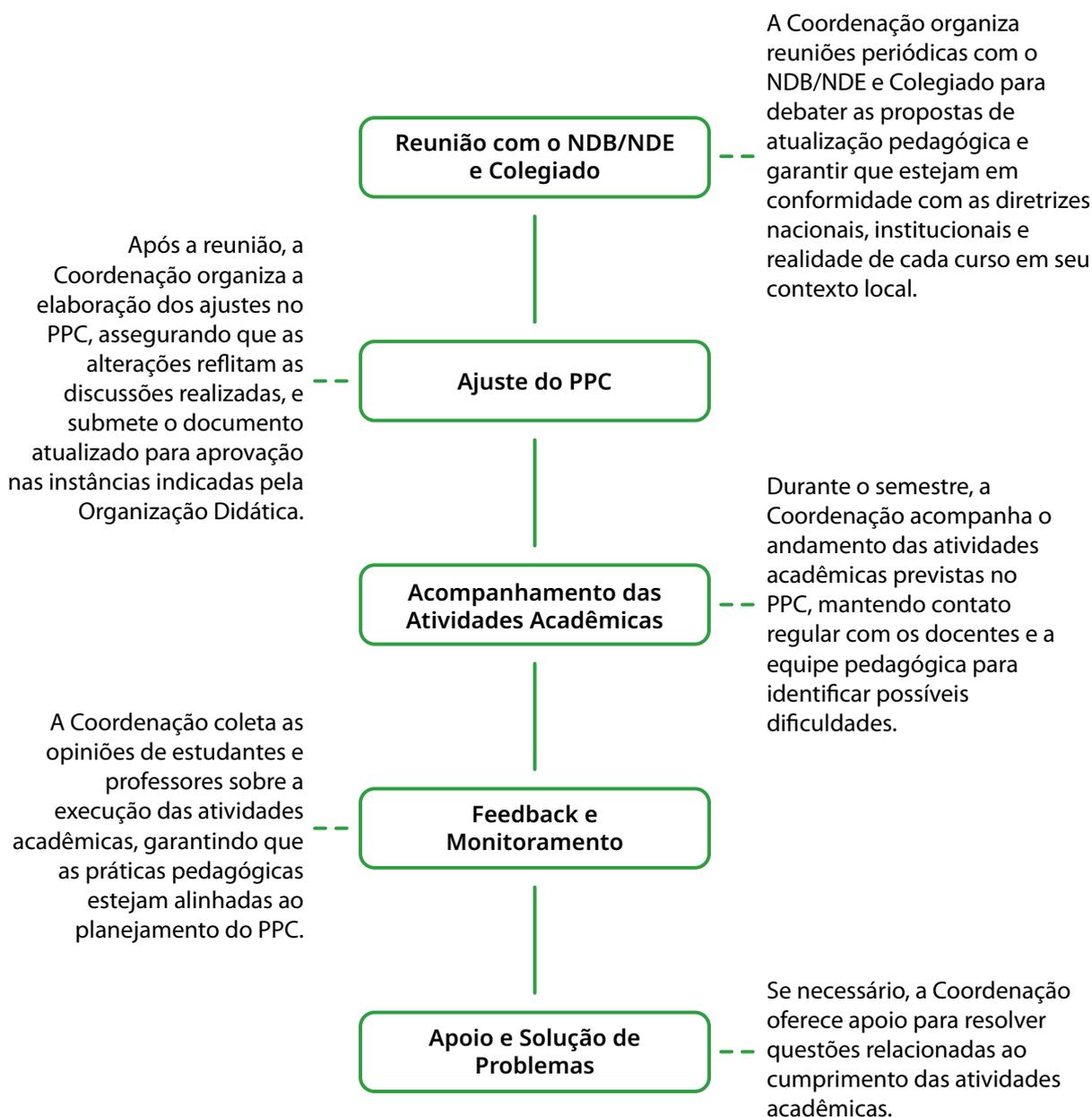
analisar e validar as atividades curriculares complementares, diversificadas, estágio e trabalho de conclusão de curso, quando for o caso;

inscrever e orientar os estudantes quanto aos exames de desempenho aplicados ao curso.

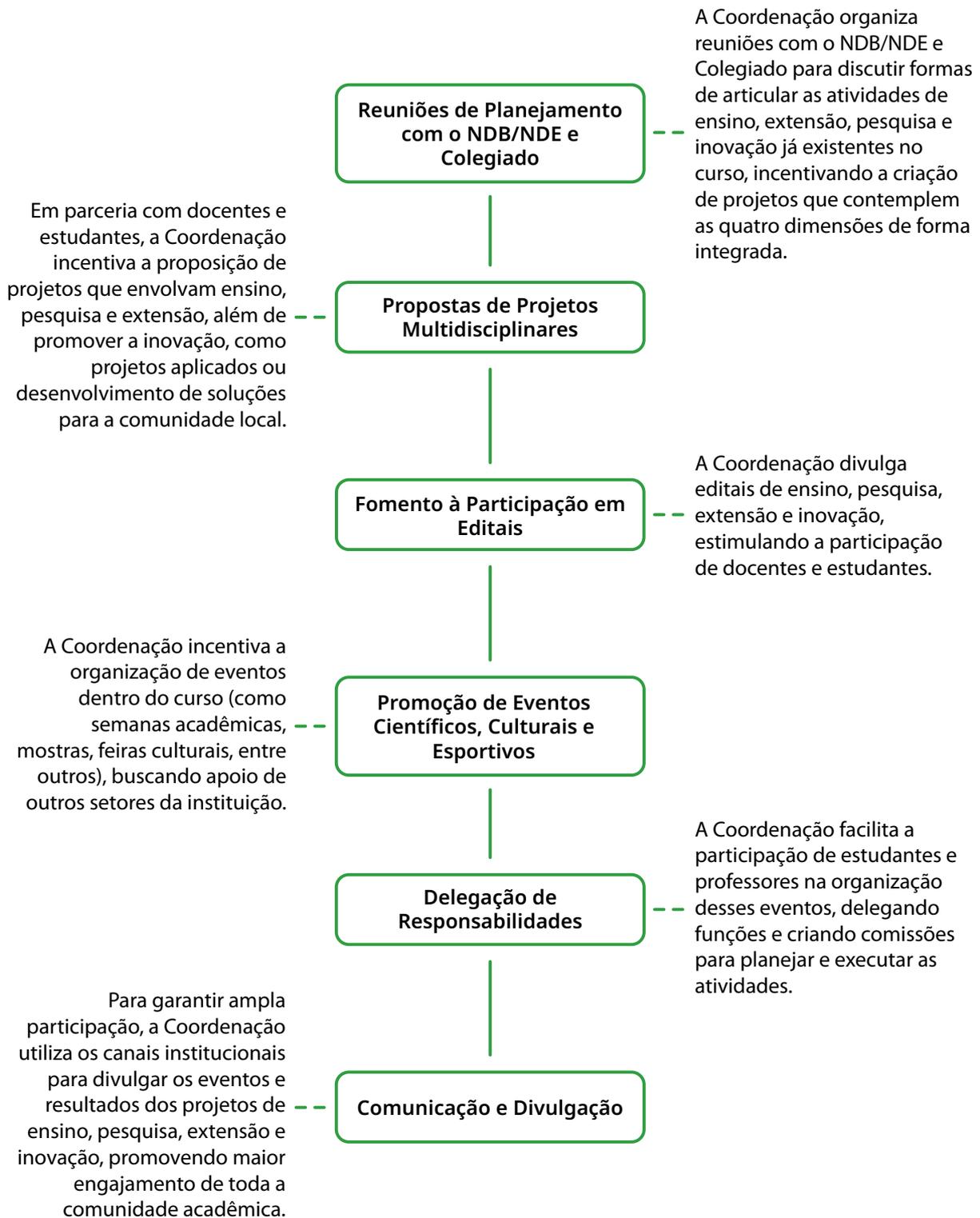
ATRIBUIÇÃO: Cumprir e fazer cumprir as decisões e normas estabelecidas pelas instâncias superiores e demais órgãos, em articulação com NDB/NDE e/ou Colegiado.



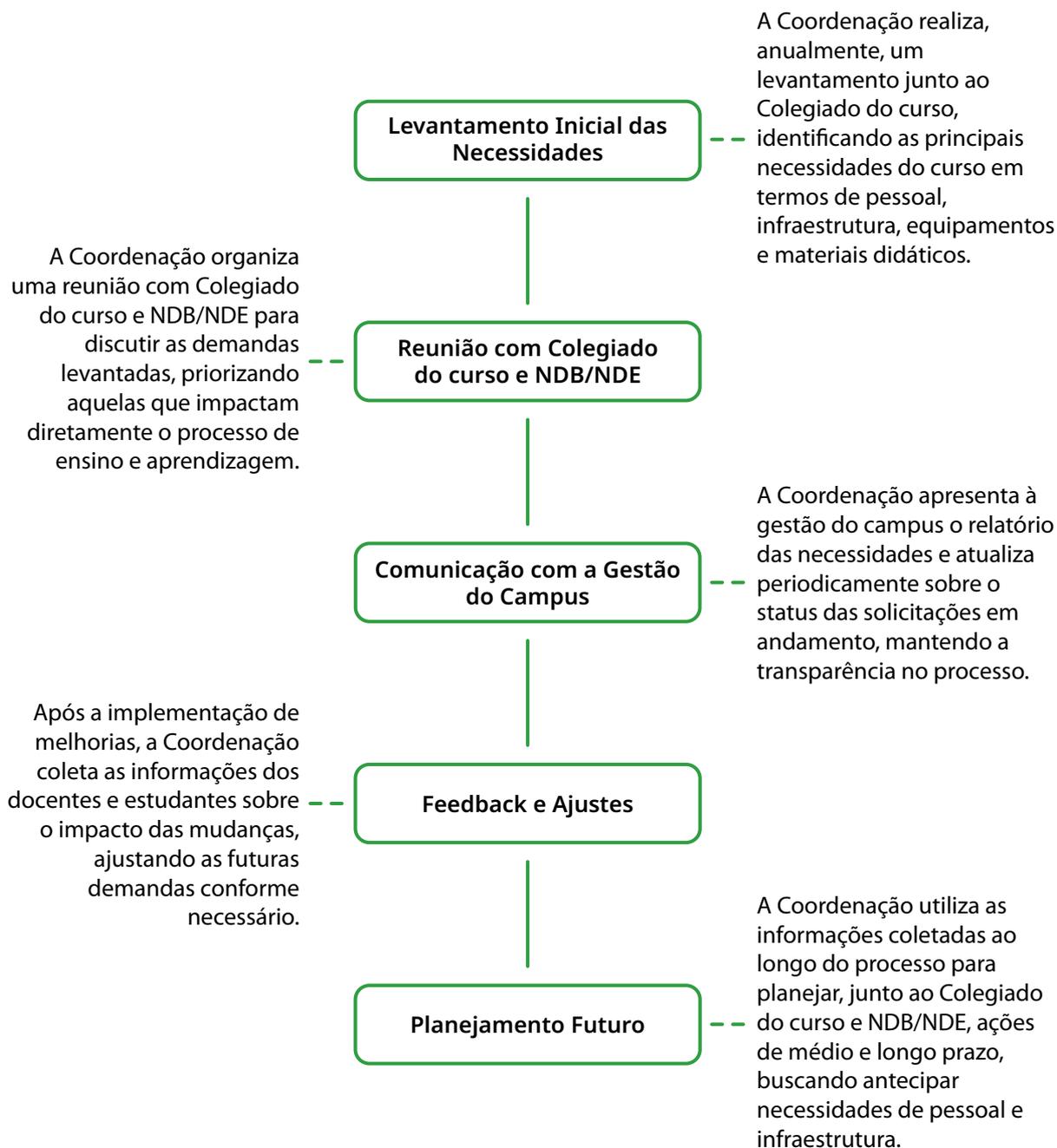
ATRIBUIÇÃO: Conduzir e supervisionar a atualização pedagógica do curso e acompanhar a realização das atividades acadêmicas previstas no PPC.



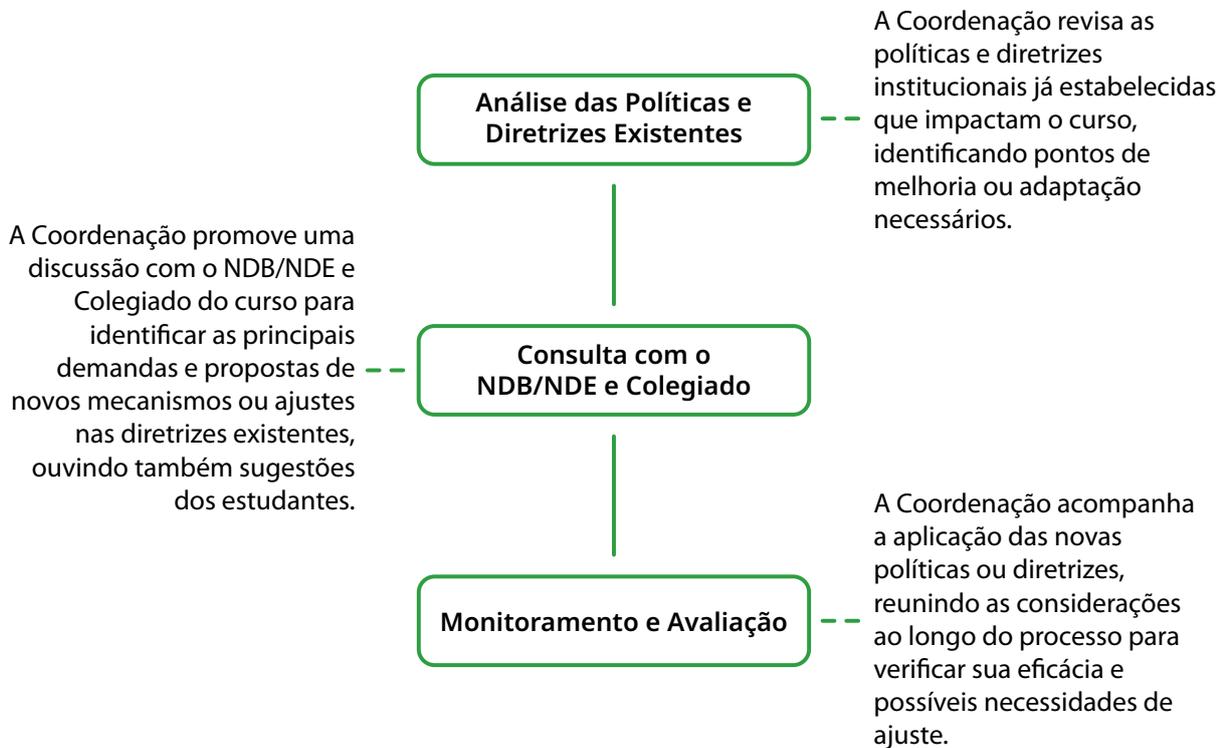
ATRIBUIÇÃO: Incentivar a articulação entre ensino, extensão, pesquisa e inovação e fomentar a realização de eventos científicos, culturais e esportivos no âmbito do curso.



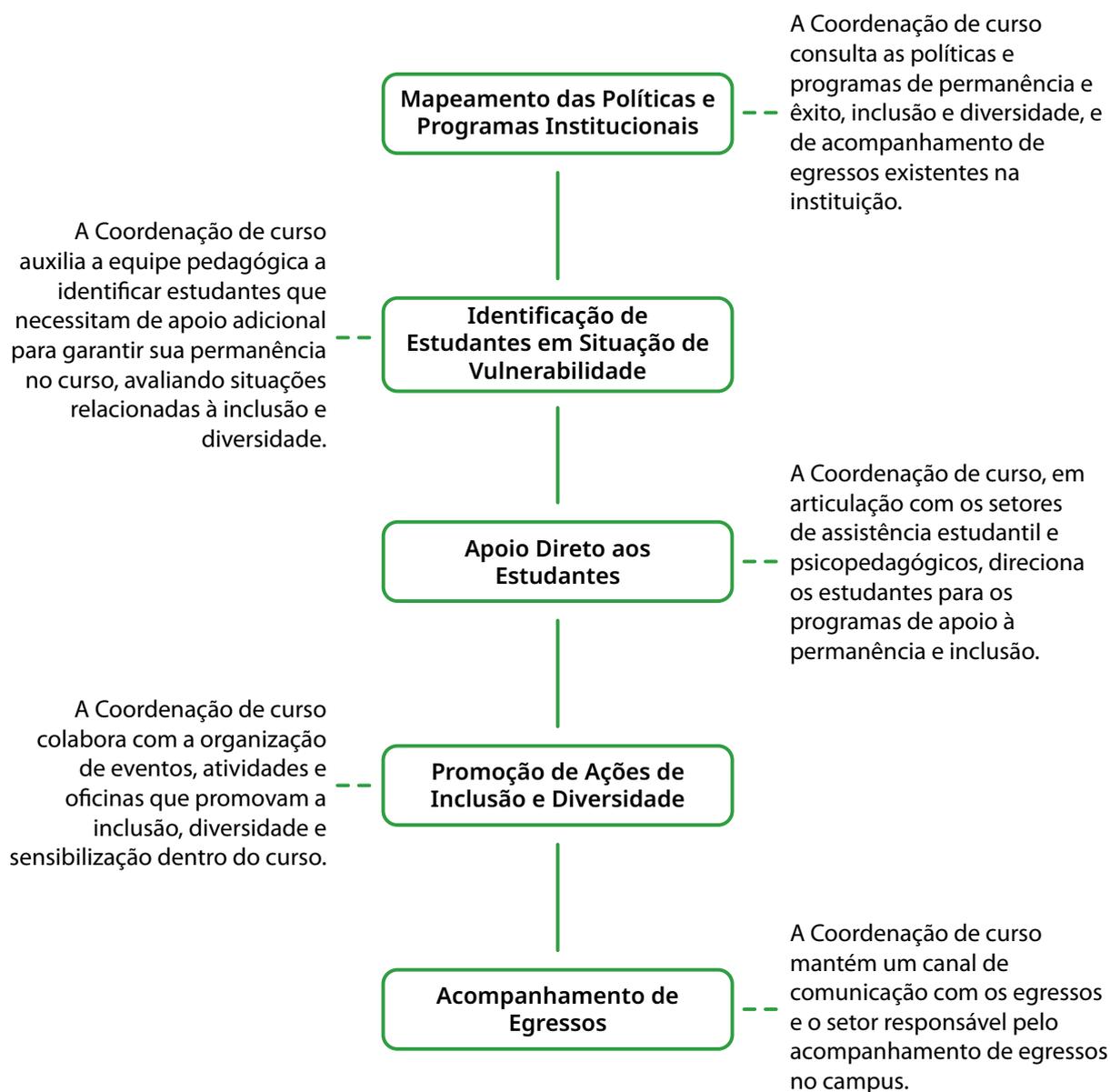
ATRIBUIÇÃO: Subsidiar a gestão do campus no diagnóstico das necessidades do curso atreladas a pessoal e infraestrutura, articulando também com os setores competentes a manutenção e atualização dos espaços, equipamentos e materiais, visando o processo de ensino e aprendizagem.



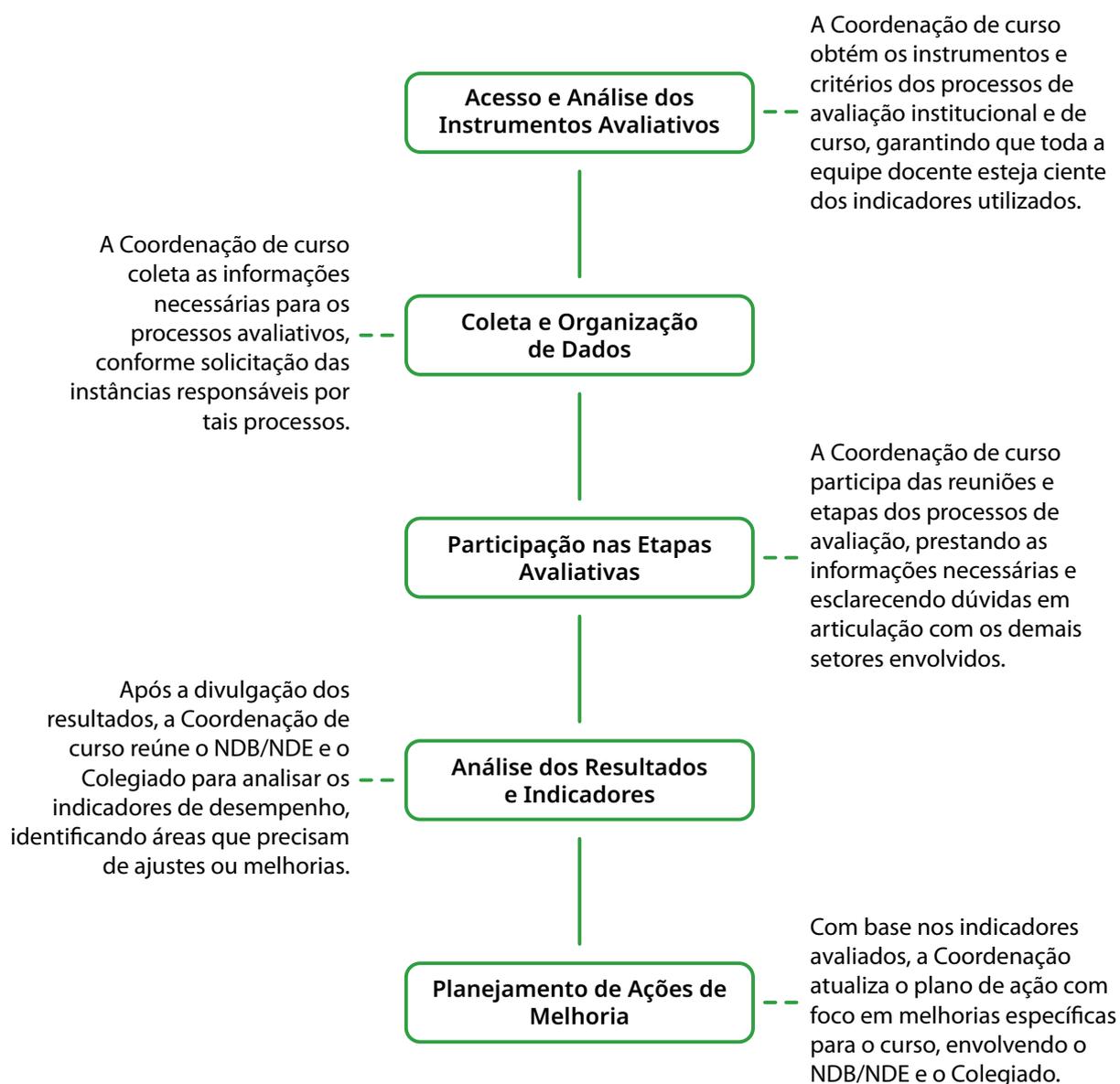
ATRIBUIÇÃO: Contribuir para a construção e consolidação de políticas, diretrizes e mecanismos gerenciais que tenham relação com o curso.



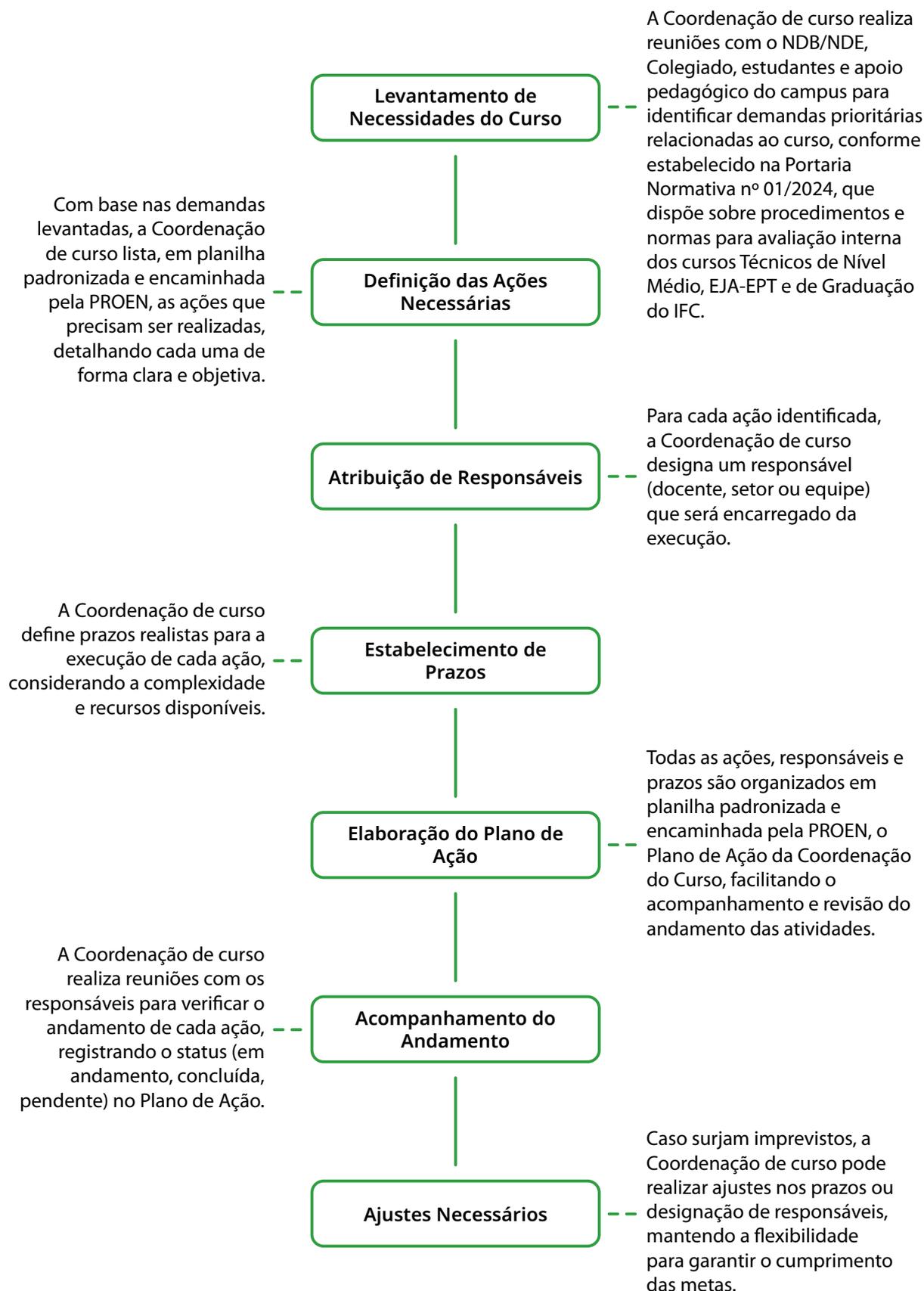
ATRIBUIÇÃO: Apoiar e auxiliar a execução das políticas e programas de permanência e êxito, inclusão e diversidade e acompanhamento de egressos.



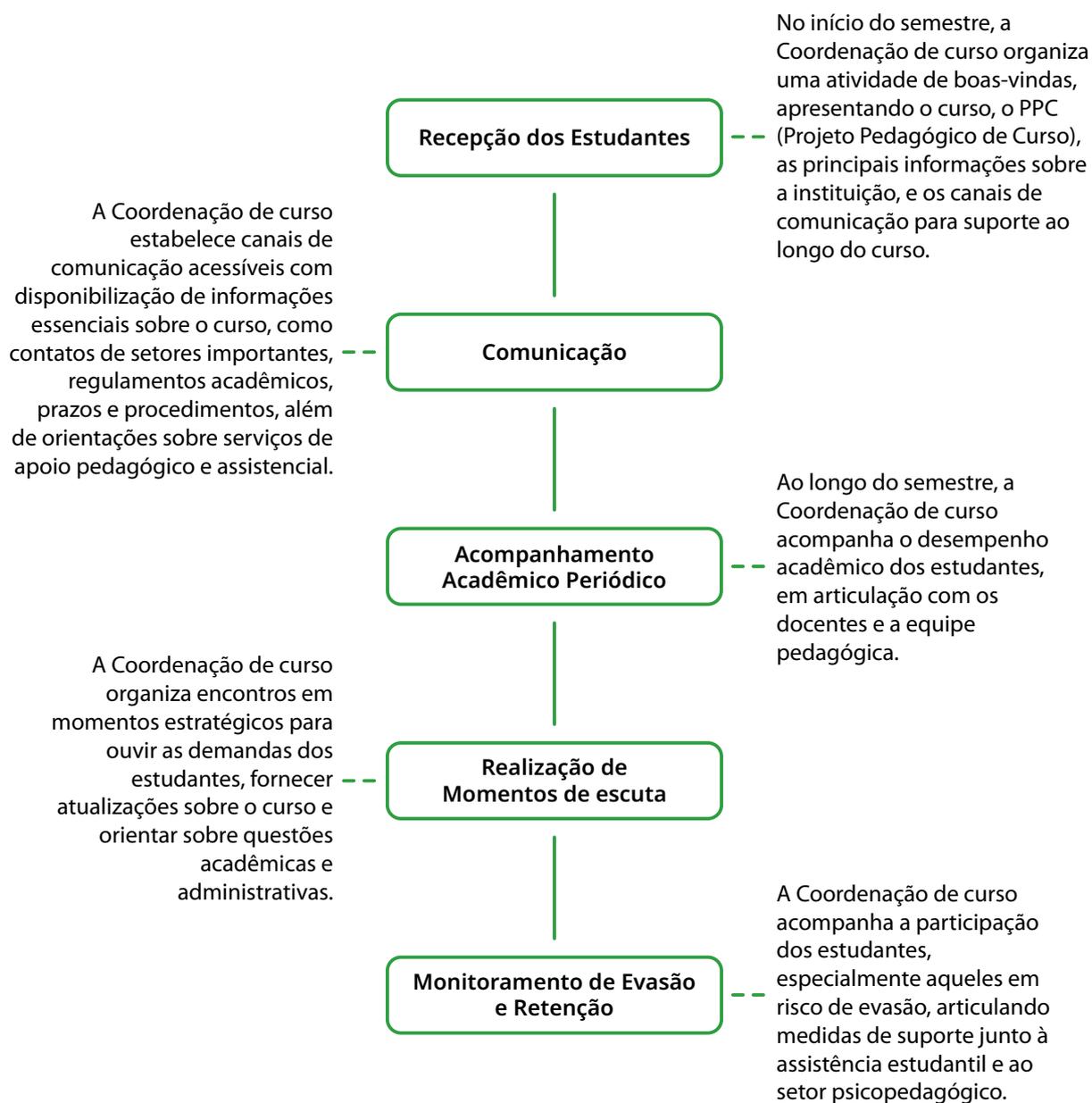
ATRIBUIÇÃO: Acompanhar, participar e prestar informações nos processos de avaliação institucional e de curso, assim como articular o desenvolvimento de ações a partir dos indicadores nos processos avaliativos.



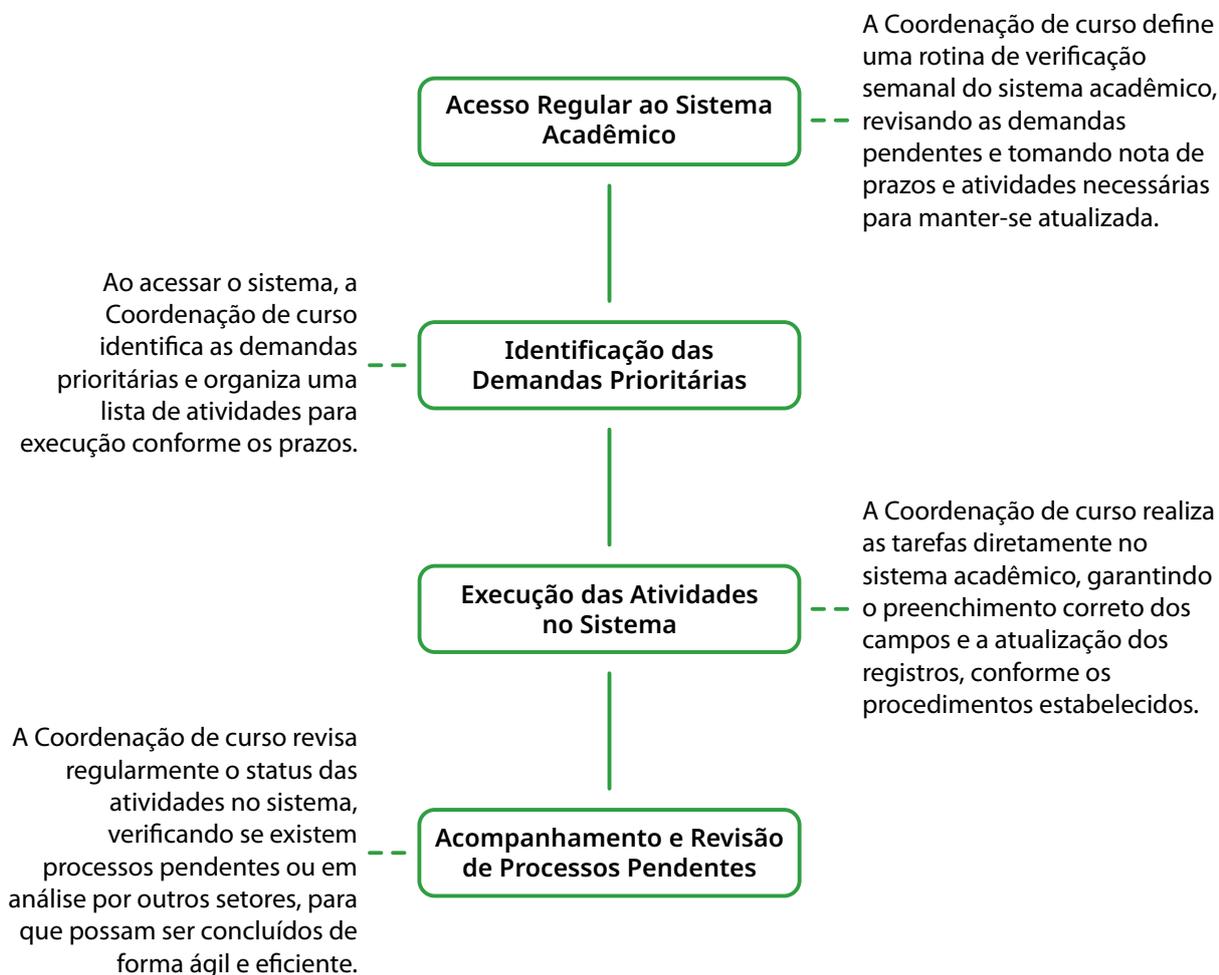
ATRIBUIÇÃO: Identificar ações necessárias no âmbito do curso, listando os responsáveis, prazos, andamento das ações, dentre outros elementos, no Plano de Ação da Coordenação do Curso.



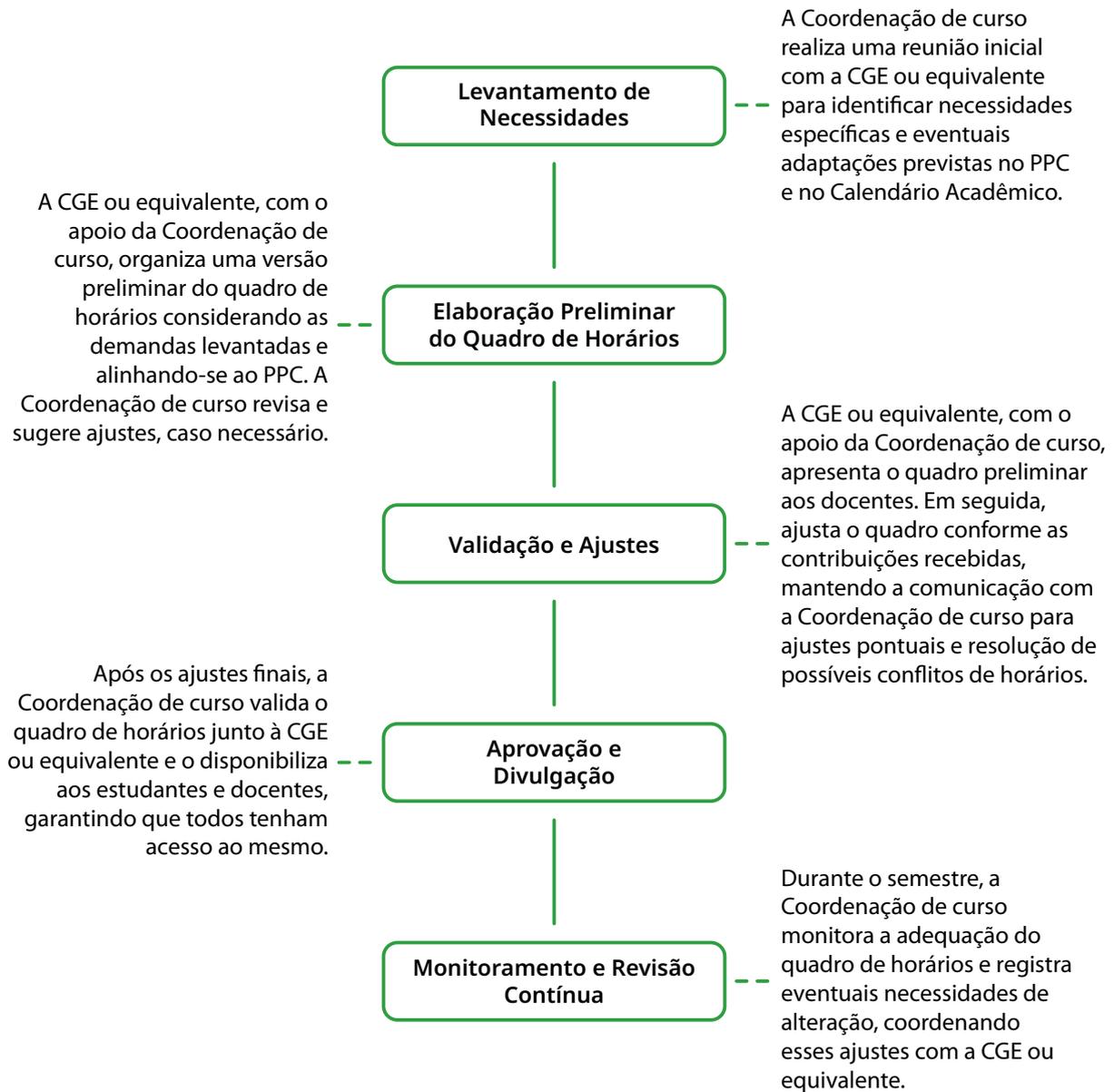
ATRIBUIÇÃO: Recepcionar, informar e acompanhar os estudantes no desenvolvimento do curso.



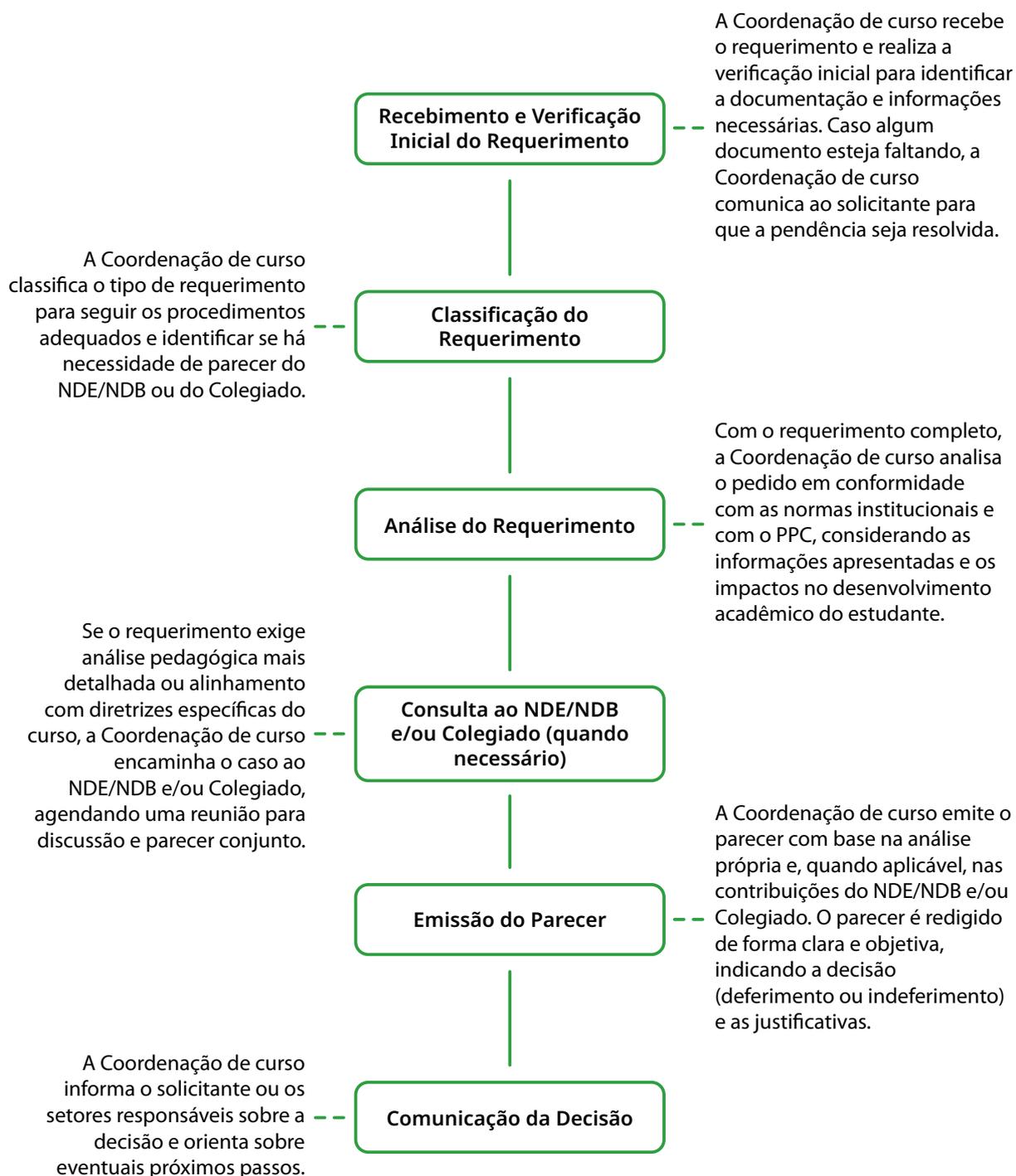
ATRIBUIÇÃO: Executar as atividades demandadas no sistema acadêmico relativas à Coordenação de Curso.



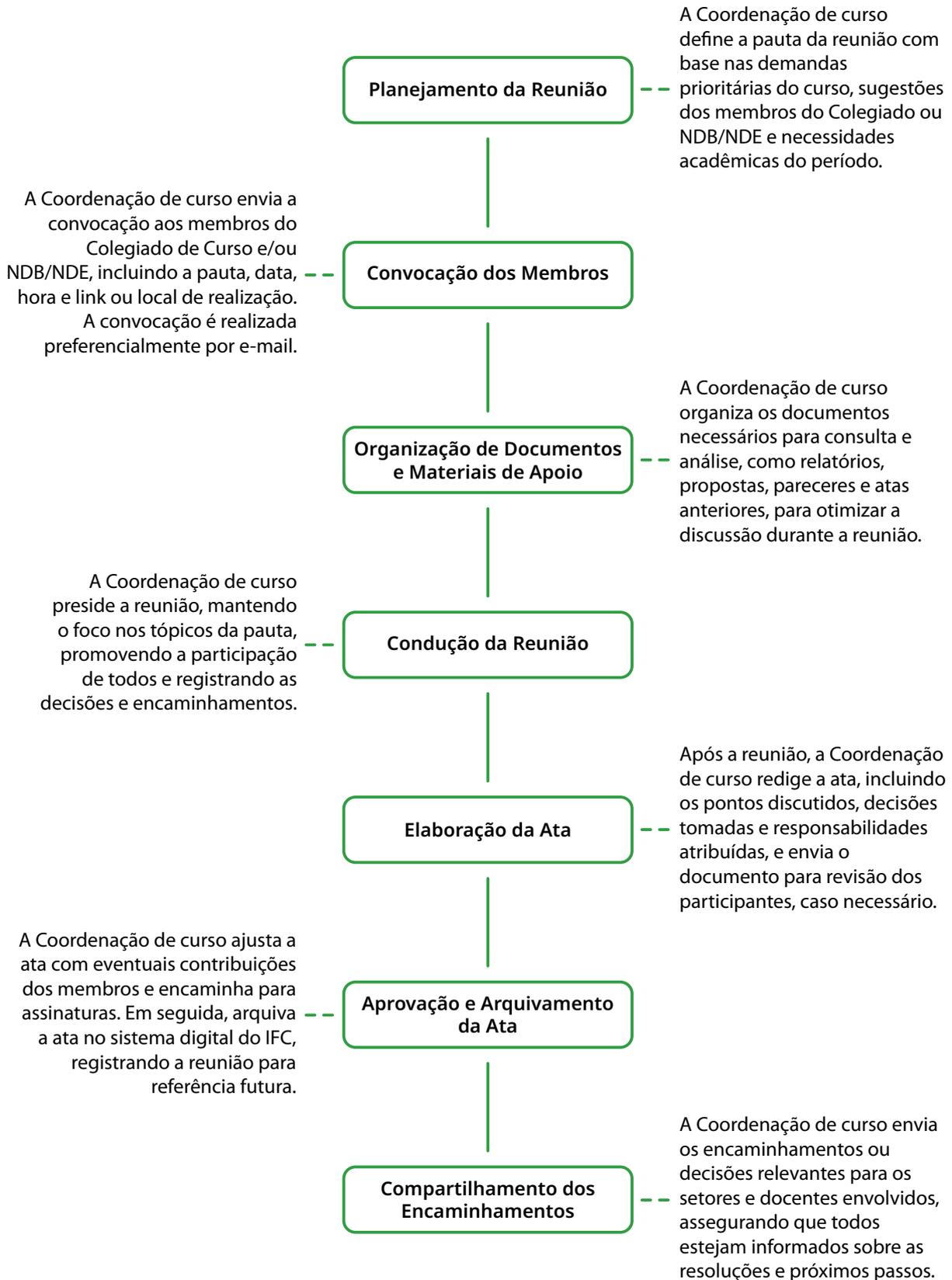
ATRIBUIÇÃO: Acompanhar a elaboração do quadro de horários de aula do curso, em conjunto com a Coordenação Geral de Ensino (CGE) ou equivalente, observando o PPC e o Calendário Acadêmico.



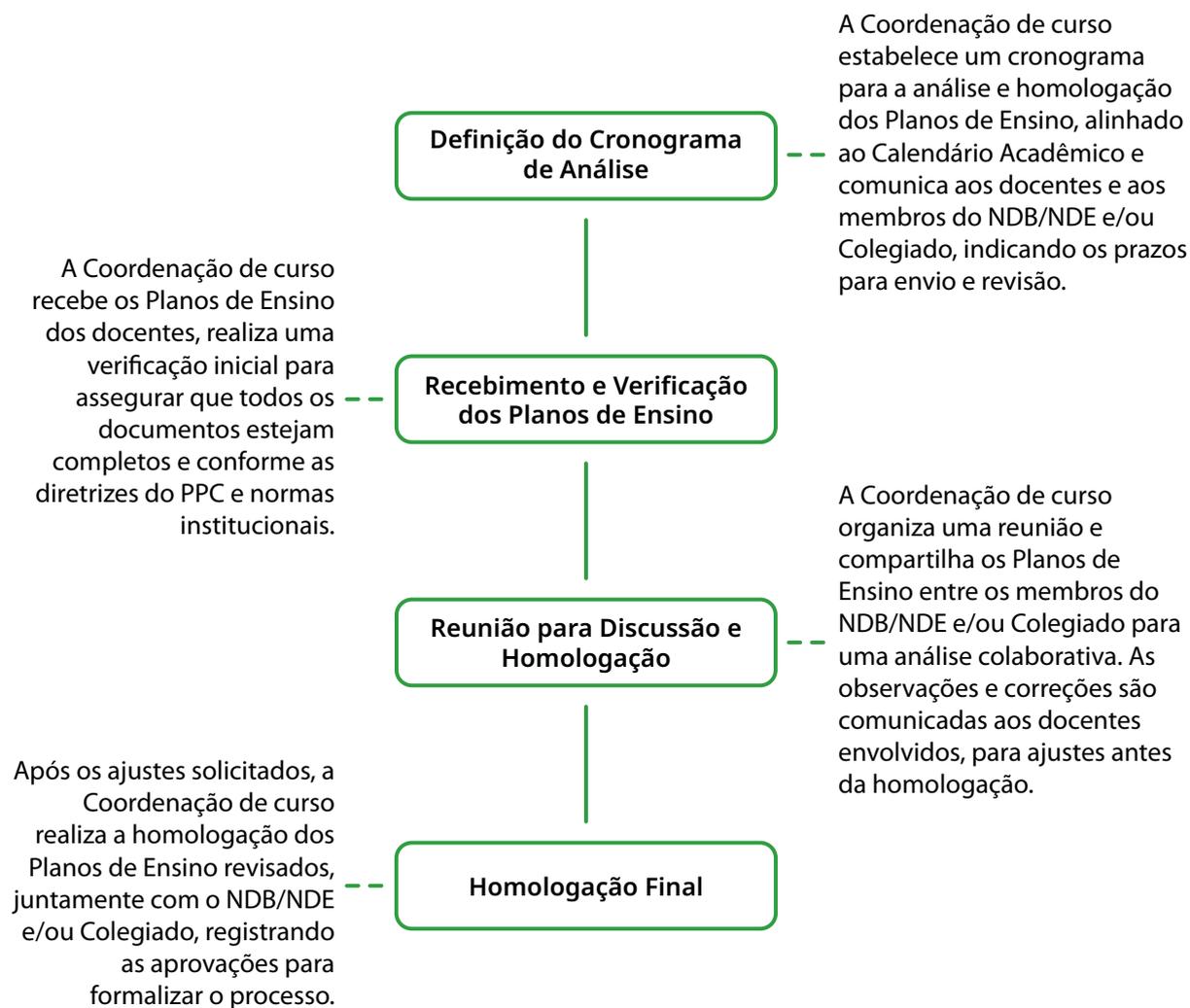
ATRIBUIÇÃO: Analisar e emitir parecer dos requerimentos relacionados ao curso, e quando necessário consultar NDE/NDB e/ou Colegiado.



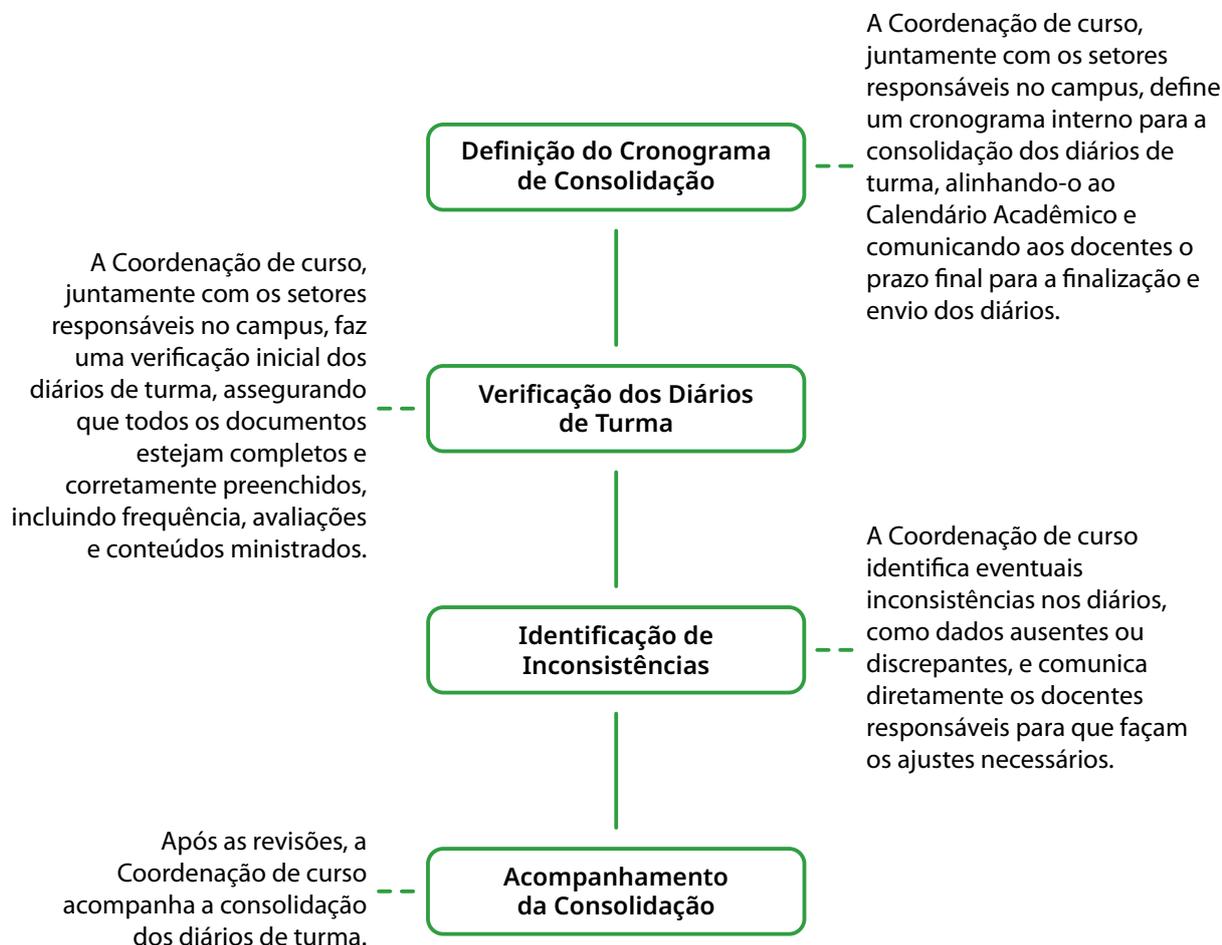
ATRIBUIÇÃO: Convocar, presidir e documentar as reuniões do Colegiado de Curso e/ou NDB/NDE.



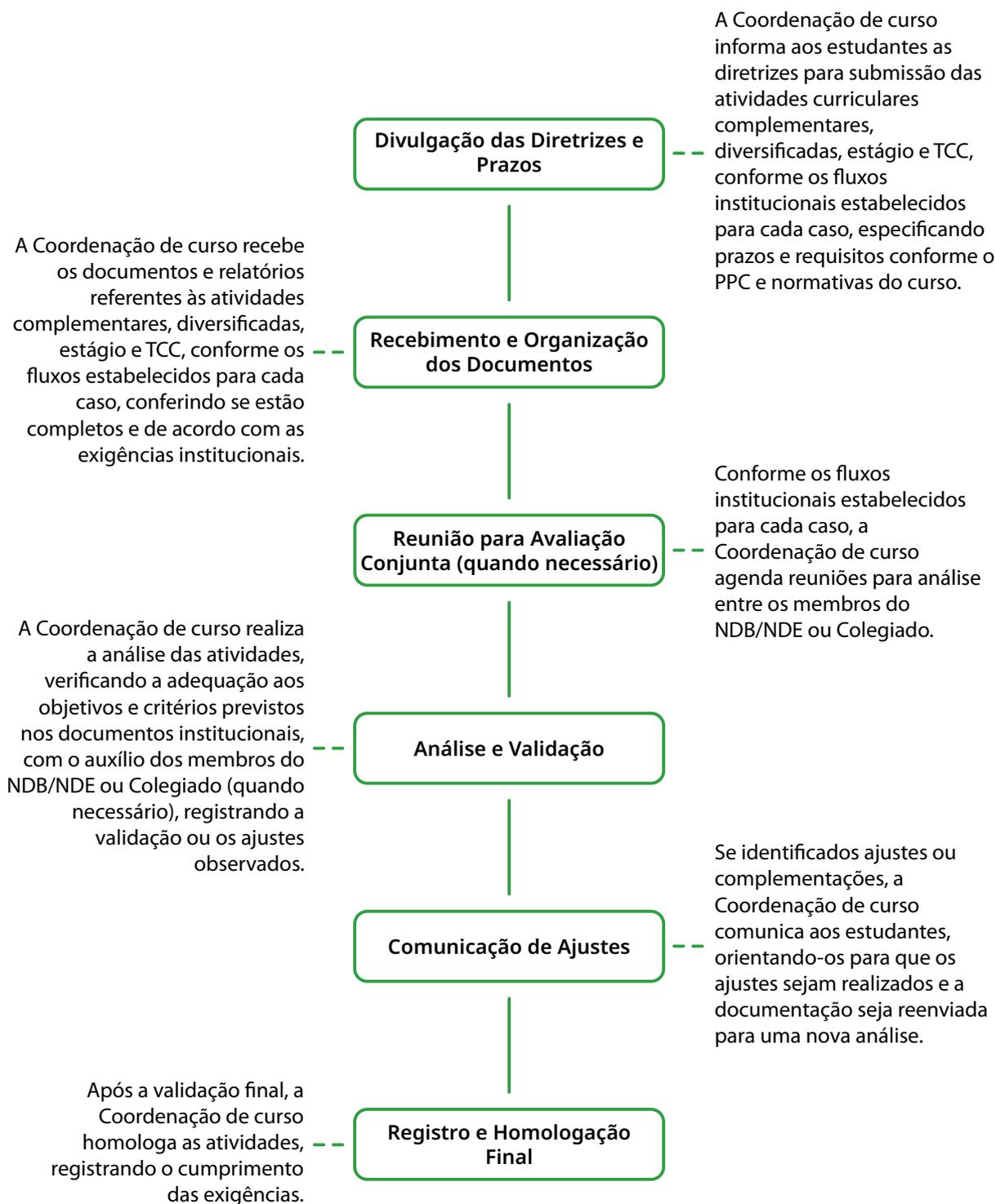
ATRIBUIÇÃO: Analisar e homologar, em conjunto com o NDB/NDE e/ou Colegiado, os Planos de Ensino de acordo com o Calendário Acadêmico.



ATRIBUIÇÃO: Analisar e acompanhar a consolidação dos diários de turma ao final de cada período letivo.



ATRIBUIÇÃO: Analisar e validar as atividades curriculares complementares, diversificadas, estágio e trabalho de conclusão de curso, quando for o caso.



ATRIBUIÇÃO: Inscrever e orientar os estudantes quanto aos exames de desempenho aplicados ao curso.

